



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS,**  
**CONTABILIDADE, SECRETARIADO EXECUTIVO E FINANÇAS - FEAACS**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO**

**MARIA DELVANIA DE FREITAS**

**PANORAMA DA FORMAÇÃO SUPERIOR EM SECRETARIADO NO BRASIL**

**FORTALEZA**

**2019**

MARIA DELVANIA DE FREITAS

PANORAMA DA FORMAÇÃO SUPERIOR EM SECRETARIADO NO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de Secretariado Executivo do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção parcial do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Daniela Giareta Durante.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- F937p Freitas, Maria Delvania de.  
Panorama da formação superior em Secretariado no Brasil / Maria Delvania de Freitas. – 2019.  
58 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Secretariado Executivo, Fortaleza, 2019.  
Orientação: Profa. Ma. Daniela Giareta Durante.
1. Secretariado. 2. Formação Acadêmica. 3. Instituições de Ensino Superior. I. Título.
- CDD 651.3741
-

MARIA DELVANIA DE FREITAS

PANORAMA DA FORMAÇÃO SUPERIOR EM SECRETARIADO NO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de Secretariado Executivo do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção parcial do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Ma. Daniela Giareta Durante (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Conceição de Maria Pinheiro Barros  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Me. Emiliano Sousa Pontes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus, aos meus pais e a todos que me deram suporte para chegar até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ser meu sustentáculo e inspiração em todos os momentos da minha existência a quem devo o dom da vida e as minhas conquistas.

À minha orientadora, professora Daniela Giareta Durante, a quem tenho formidável admiração, pela dedicação, motivação e incentivo a buscar melhorias que agregam crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

Aos participantes da banca examinadora, professores Conceição de Maria Pinheiro Barros e Emiliano Sousa Pontes pelo tempo investido, pelas valiosas colaborações e sugestões.

À minha família, em especial, aos meus pais que apesar da distância física estão sempre em meus pensamentos me inspirando a buscar novas conquistas.

À minha irmã Daiane que sempre esteve comigo e não mediu esforços no processo de busca dos materiais que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada.

Ao meu noivo e amigo que sempre me apoiou em todos os momentos, pela paciência e suporte nessa trajetória.

À Sheila Rodrigues, Ana Isabel e Luciana Castro que estiveram comigo desde o início da minha graduação, compartilhando alegrias e superações da vida acadêmica.

Aos colegas da turma, pelas reflexões, críticas e sugestões que partilhamos esses anos.

E a todos que de alguma forma fizeram parte dessa jornada e me auxiliaram a chegar até aqui.

## RESUMO

O ensino superior no Brasil enfrentou longas décadas de estagnação, que resultou no desenvolvimento tardio da formação acadêmica. Na área secretarial a realidade não foi diferente, pois o primeiro registro de início de funcionamento de um curso superior data de 1970. Embora com desenvolvimento gradativo, a formação em secretariado alcançou certo desenvolvimento no início dos anos 2000, porém em período posterior ocorreu retração da oferta de novos cursos e o fechamento de cursos existentes. Essa realidade gerou o desenho desta pesquisa que buscou investigar a formação acadêmica em Secretariado no Brasil. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de preencher a lacuna da ausência de estudos que retratam o panorama atual dos cursos de graduação em Secretariado no Brasil, podendo-se contribuir com reflexões a respeito do futuro da profissão. No quesito metodológico, a pesquisa é descritiva e tem sua abordagem qualitativa. A investigação ocorreu por meio da pesquisa documental, a partir dos dados secundários obtidos na base de dados do e-MEC e nos relatórios Síntese do Enade, seguido dos dados resultantes do contato com 119 cursos de graduação em Secretariado. Quanto a análise e tratamento dos dados realizou-se através da técnica de análise de conteúdo. Os resultados obtidos apresentam que a quantidade de cursos de Secretariado, na modalidade presencial, está sofrendo significativa retração, em que atualmente se tem 51 cursos em funcionamento no Brasil. Ao se comparar a quantidade de cursos de Secretariado que estão em funcionamento, com outros cursos do campo da gestão, como Administração e Ciências Contábeis, verifica-se que estas áreas apresentam crescimento, enquanto o secretariado apresenta regressão. Concluiu-se que a diminuição da oferta da formação em Secretariado Executivo tem reflexos negativos no futuro da profissão e merece atenção das Instituições de Ensino Superior, sindicatos, associações e todos os profissionais.

**Palavras-chave:** Secretariado. Formação Acadêmica. Instituições de Ensino Superior.

## ABSTRACT

Higher education in Brazil faced long decades of stagnation, which resulted in the late development of academic formation. In the secretarial area, the reality was no different, the first start-up record of a higher education course was in 1970. Although with a gradual development, secretarial formation reached a certain development in the early 2000s, but in a later period there was a offer of new courses and the closing of existing courses. This reality generated the design of this research that sought to investigate the academic formation in Secretariat in Brazil. The relevance of this research is justified by the need to fill the gap of the absence of studies that portray the current panorama of the courses of Secretariat in higher level in Brazil, it is also expected to contribute with reflections on the future of the profession. In the methodological question, the research is descriptive and has it is qualitative approach. The research was carried out through documentary research, based on the secondary data obtained in the e-MEC database and in the Enade Synthesis reports, followed by data resulting from contact with 119 undergraduate courses in the Secretariat. Regarding the analysis and treatment of the data was carried out through the technique of content analysis. The results show that the number of Secretariat courses, in the face-to-face modality is suffering a significant retraction, in which there are currently 51 courses in operation in Brazil. When comparing the number of Secretariat courses that are in operation, with other courses in the field of management, such as Administration and Accounting Sciences, these areas show growth, while the secretariat presents a regression. It was concluded that the decrease in the offer of formation in Executive Secretariat has negative repercussions on the future of the profession and deserves attention from Higher Education Institutions, unions, associations and all professionals.

**Keywords:** Secretariat. Academic Formation. Higher Education Institutions.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura das IES quanto aos recursos financeiros .....	20
Tabela 1 – IES x Sede da IES x Natureza da IES x N° de UF x N° de cursos .....	31
Quadro 1 – Competências da formação em Tecnólogo e Bacharel em Secretariado .....	33
Gráfico 1 – Quantidade de cursos de Secretariado Executivo criados no Brasil, por ano .....	41
Figura 2 – Quantidade de cursos presenciais registrados no e-MEC (2019) .....	42
Quadro 2 – Participação dos cursos de Secretariado Executivo no ENADE(2006 - 2018)	43
Quadro 3 – Cursos presenciais de Secretariado no Brasil (2019) .....	44
Gráfico 2 – Cursos de graduação em Secretariado que não estão funcionando no Brasil (2019) .....	46
Quadro 4 – Cursos presenciais de Secretariado em andamento no Brasil (2019) .....	47
Gráfico 3 – Participação dos cursos de Secretariado Executivo, Ciências Contábeis e Administração no ENADE, por edição .....	49
Quadro 5 – Quantidade de cursos de Secretariado Executivo, Ciências Contábeis e Administração que participaram do ENADE por edição e por Categoria .....	50
Tabela 2 – Participação dos cursos de Administração, Secretariado Executivo Ciências Contábeis nas edições do ENADE .....	50

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABS	Associação das Secretárias do Brasil
CC	Conceito do Curso
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CST	Cursos Superiores de Tecnologia
CECAP	Faculdade Cecap do Lago Norte
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAD	Ensino à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACAM	Faculdade do Maranhão
FACE	Faculdade Cerrado
FATEC	Faculdade de Tecnologia de São Paulo
FECAP	Centro Universitário Álvares Penteado
FENASSEC	Federação Nacional das Secretárias e Secretários
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMU	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
FURB	Universidade Regional de Blumenau
IGC	Índice Geral de Cursos
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IES	Instituto de Ensino Superior
IESSA	Faculdade Sant'ana
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISES	Faculdade Sumaré
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NSA	<i>National Secretaries Association</i>
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

PFD	Faculdade Processus
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UF	Unidade de Federação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFV	Universidade Federal de Viçosa
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste
UNIFAMMA	Centro Universitário Metropolitano de Maringá
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy
UNIÍTALO	Centro Universitário Ítalo Brasileiro
UNILINS	Centro Universitário de Lins
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIP	Universidade Paulista
UNIPROJEÇÃO	Centro Universitário Projeção
UNIUV	Centro Universitário de União da Vitória

UPF	Universidade de Passo Fundo
UPIS	Faculdades Integradas da Upis
USJT	Universidade São Judas Tadeu

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>FORMAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>Surgimento da universidade e do ensino superior .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>Avaliações do ensino superior no Brasil .....</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>O SECRETARIADO NO BRASIL .....</b>	<b>27</b>
<b>3.1</b>	<b>Movimentos Profissionais do Secretariado no Brasil .....</b>	<b>27</b>
<b>3.2</b>	<b>Formação acadêmica em Secretariado no Brasil: cursos bacharelados .....</b>	<b>28</b>
<b>3.3</b>	<b>Educação a distância e o ensino tecnológico em Secretariado .....</b>	<b>31</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>35</b>
<b>4.1</b>	<b>Tipo de pesquisa .....</b>	<b>35</b>
<b>4.2</b>	<b>Coleta de dados .....</b>	<b>37</b>
<b>4.3</b>	<b>Análise dos dados .....</b>	<b>39</b>
<b>5</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>41</b>
<b>5.1</b>	<b>Cursos de graduação em Secretariado Executivo criados no Brasil .....</b>	<b>41</b>
<b>5.2</b>	<b>Cursos de graduação em Secretariado em funcionamento .....</b>	<b>43</b>
<b>5.3</b>	<b>Comparação do Secretariado com outros cursos de gestão .....</b>	<b>48</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>52</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino acadêmico no Brasil teve seu desenvolvimento tardio, comparando-se aos países desenvolvidos, que nos anos 1970 já desfrutavam de avanços e expansões dos pólos de ensino (ROSSATO, 2002). Os primeiros registros que apontam para a criação das universidades brasileiras compreendem a década de 1920. A partir deste período, desenvolveu-se um ritmo gradativo de crescimento. Em 1960 menos de 2% da população entre 20 a 24 anos tinha acesso a educação superior. Em 1970 o número passou para 5,2%, em 1975 chegou em 11% (DURHAM; SCHWARTZMAN, 1992).

Foi a partir dos anos 2000 que o desenvolvimento da educação superior atingiu seu ápice, resultado de medidas governamentais voltadas a esse fim, como a reestruturação do Plano Nacional de Educação. Em consequência, na década de 2000 foram criados 987 Instituições de Educação Superior, 18.381 cursos e a realização de 3.343.186 matrículas em cursos de graduação (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

No tocante a formação acadêmica em Secretariado Executivo, seu início ocorreu na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1969, seguida pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1970 (FENASSEC, 2019). A maior expansão ocorreu entre os anos 1997 e 2007, com 283% de crescimento da oferta de cursos de bacharelado em Secretariado Executivo. Este crescimento representou o funcionamento de 120 cursos distribuídos no país (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

Paralelamente ao crescimento da oferta de cursos superiores em Secretariado Executivo, a categoria se organizou enquanto profissão no mundo do trabalho, com a aprovação de importantes documentos em âmbito nacional, como a lei nº 7.377 de 1985 que regulamenta a profissão, a Portaria nº 3.103, de 29 de abril de 1987 que aprovou o enquadramento sindical e a singularidade da profissão, seguido do Código de Ética profissional de Secretariado publicado em 7 de julho de 1989 no Diário Oficial da União (BRASIL, 1985; FENASSEC, 2019). As conquistas secretariais obtidas por meio das aprovações legislativas fomentaram a visibilidade do Secretariado, favorecendo o desenvolvimento profissional da área no país.

Após o ápice na oferta de cursos, entrou-se num processo gradativo de redução na quantidade de cursos e também no número de alunos matriculados. No período entre 2009 e 2012 a redução foi de 30%, e essa foi a tendência sugerida para os anos seguintes (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

O estudo de Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014) alertou a necessidade de pesquisas para acompanhar o panorama dos cursos de graduação em Secretariado Executivo, tendo em vista que se registrou uma década de expansão, e logo seguiu-se com a retração da oferta de cursos superior para esta formação. Diante disso, surgiu o interesse em investigar a formação acadêmica em Secretariado no Brasil para contribuir com reflexões acerca do futuro dessa formação. A questão de pesquisa foi assim formulada: Qual o panorama do ensino superior em Secretariado no Brasil?

Quanto aos objetivos específicos, definiram-se: 1) verificar a quantidade de cursos de graduação em Secretariado criados no Brasil; 2) identificar a quantidade de cursos de Secretariado em funcionamento no Brasil; 3) analisar as características das instituições de ensino quanto a categoria administrativa e localização geográfica; 4) comparar a oferta de cursos de Secretariado com a dos cursos de Administração e Ciências Contábeis.

O presente estudo justifica-se pela relevância de investigar a formação acadêmica em Secretariado no Brasil, já que a qualificação profissional é uma das atribuições do ensino acadêmico. Também acredita-se que esta pesquisa possa subsidiar à sociedade na medida em que apresenta as oscilações ocorridas na oferta da formação em Secretariado e o quanto a profissão esta sendo aceita/absorvida pelo mercado de trabalho.

Não se localizaram outros estudos que deram seguimento ao acompanhamento proposto por Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014). Em contrapartida, tem-se o estudo de Silva *et al.* (2017) que verificou o cenário da formação na região Sul, com base na participação do ENADE nas edições 2006, 2009, 2012 e 2015, constatando a diminuição da oferta dos cursos. Os autores concluíram que a retração da oferta está atrelada à diminuição dos ingressos no curso, que pode ser resultado da redução ou extinção de recursos nas instituições de ensino.

Outro estudo é de Locks *et al.* (2017) que trata da modalidade a distância no Brasil, com base em pesquisas realizadas no portal e-MEC, no ano de 2015. Foram identificadas 15 IES particulares que ofertavam o curso de Secretariado EAD, sendo 966 o total de cursos ativos, distribuídos em todas as regiões do Brasil. Identificou-se também a predominância dos cursos de Tecnologia em Secretariado na modalidade EAD e o possível aumento nos próximos anos, por ser uma sistemática de ensino que requer menor tempo de formação e também permite que o ensino aprendizagem ocorra em locais diferentes de forma simultânea.

Este trabalho está estruturado em seis capítulos. O primeiro ponto é formado por conteúdo introdutório, contextualização do tema, seguido da problemática de pesquisa,

objetivo geral e específicos que norteiam a investigação. O capítulo segundo apresenta o panorama do ensino superior no Brasil, a partir da sequência histórica do surgimento, desenvolvimento e propostas de expansão. O capítulo três descreve os percursos da formação em Secretariado, regulamentações, características do ensino tecnológico e bacharelado, assim como a modalidade de ensino EAD. O quarto capítulo é composto dos procedimentos metodológicos utilizados ao longo do estudo. No capítulo cinco descreve-se os resultados e análises dos dados. Por último, apresenta-se o capítulo seis com as conclusões da pesquisa.



## **2 FORMAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Este capítulo tem como propósito apresentar o surgimento das universidades no Brasil, percorrendo seu histórico e apresentando abordagem explicativa da estruturação das IES, bem como a sistemática de avaliação.

### **2.1 Surgimento da universidade e do ensino superior**

O ensino superior no Brasil, por meio de grandes lutas, conquistou novos patamares. Embora, com desenvolvimento lento, tem buscado ao longo dos anos acompanhar o processo evolutivo do mundo globalizado. Quando se verifica a ordem cronológica de desenvolvimento, percebe-se que o processo é gradativo. De acordo, com Flores (2017) as primeiras universidades surgiram por volta da década 1920, ainda que de forma isolada. Inicialmente, tem-se o registro da criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, e em 1927 a Universidade Federal de Minas Gerais. Na década que compreende os anos 1920 a 1930, o ensino superior caracterizava-se de forma monopolizada, voltado a conceder diplomas para a classe mais alta, atingindo uma pequena parcela da população (FLORES, 2017).

Em 1930, no governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Como o próprio nome já explica, esse ministério abrangia todas essas áreas, dificultando o desenvolvimento de programas de cunho específico. Em 1953, surgiu o Ministério da Educação e Cultura (MEC), marcando o princípio de expansão do sistema educacional brasileiro (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019).

No período compreendido entre os anos de 1930 e 1940, as indústrias brasileiras estavam em crescente desenvolvimento industrial na busca de produzir em larga escala, recorrendo ao auxílio e utilização de novas tecnologias. O mercado produtivo estava demandando mão de obra qualificada, para atender as novas exigências empresariais, uma vez que os anos anteriores tinham sido marcados por sistemas produtivos agrários. Com isso, o cenário nacional estava engajado em formar profissionais aptos a suprir a demanda das indústrias (DURHAM; SCHWARTZMAN, 1992).

Apesar do reconhecimento da carência de profissionais qualificados, e da incorporação de novas tecnologias no mercado produtivo, até os anos 50, o ensino superior no Brasil não logrou patamares de expansão. No entanto, essa conjuntura de desenvolvimento industrial propiciou o surgimento de debates inclusivos relacionados a pesquisa científica e a necessidade de expansão da educação superior (DURHAM; SCHWARTZMAN, 1992).

Até os anos de 1960, o ensino esteve centrado no preparo da mão de obra para o mercado de trabalho, com o objetivo de atender as necessidades empresariais, o que resultou, nessa época, em pouca representatividade do ensino voltado para a pesquisa. Com isso, é perceptível o embaraço histórico e político que envolve a educação superior no Brasil, desde a sua criação até o seu desenvolvimento contemporâneo (SABINO, 2017).

As tentativas de ascensão da educação superior tornaram-se mais concretas com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961. Resultado de mais de uma década de debates no Congresso Nacional, pois já estava prevista mesmo antes da Constituição de 1946 (DURHAM; SCHWARTZMAN, 1992). Essa LDB, apesar de apresentar pouca inovação na educação superior, desencadeou debates que culminaram na organização de movimentos que reivindicaram avanços e novas conquistas na reforma de 1968.

A LDB contemplou a segmentação da educação pública e privada, conferindo a esses tipos de organizações a propriedade de propagar a formação da educação pré primária ao ensino superior. Assim, o direito era conferido desde que tais instituições fizessem a solicitação de reconhecimento da legalidade, de acordo com os parâmetros exigidos na Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que tinha requisições dirigidas a verificar a idoneidade do corpo docente, instalações satisfatórias e capacidade remuneratória da instituição (BRASIL, 1961).

O ensino superior no Brasil ganhou novas perspectivas com a reforma universitária, que propiciou a fixação da Lei 5.540 em 28 de novembro de 1968, com a determinação de normas de funcionamento do ensino superior (DURHAM; SCHWARTZMAN, 1992). “A reforma representou um avanço na educação superior brasileira, ao instituir um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019, p. 2). A luta por melhoria da educação ganhou representatividade e impulsionamento para, anos mais tarde, reivindicar avanços e ampliações dos pólos de ensino.

A reforma universitária de 1968, com articulação que propunha a disseminação da educação superior, foi o prelúdio para o desenvolvimento de novas unidades de ensino. Na opinião de Rossato (2002, p.73), a partir desse marco, “a universidade tornou-se uma universidade de massas aberta a praticamente todas as camadas da população”. Dessa maneira, esta reforma além de propiciar o início da expansão do ensino superior, traçou novas perspectivas para o ensino público e privado.

O início da propagação de novas instituições de ensino trouxe como principal alerta a necessidade de professores qualificados, e também a necessidade de um corpo docente com dedicação ao ensino e a pesquisa. A realidade é que até a Reforma Universitária, não existia profissionais suficientes com qualificação acadêmica, para suprir a demanda das novas universidades, uma vez que o histórico apontava a limitação do alcance da educação para a população brasileira. A solução foi a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), existente desde 1951, expandir a oferta de bolsas de pós graduação no país, ao passo que o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), também criado em 1951, encarregou-se de incentivar a formação, ofertando bolsas de Mestrado e Doutorado, cenário que tornou mais evidente a indissociabilidade entre a pesquisa e o ensino superior (DURHAM; SCHWARTZMAN, 1992).

De todo modo, o ensino superior teve várias fontes que contribuíram para seu desenvolvimento e propagação. Rossato (2002) explica que a partir dos anos 1970 as mulheres tiveram acesso ao ensino superior, até então as mulheres estavam suprimidas dessa realidade. Além disso, outros fatores também cooperaram para o crescimento do ensino superior, como “a abertura e a conquista de inúmeras profissões que anteriormente eram pouco desenvolvidas, ou eram reservadas ao sexo masculino” (ROSSATO, 2002, p. 63).

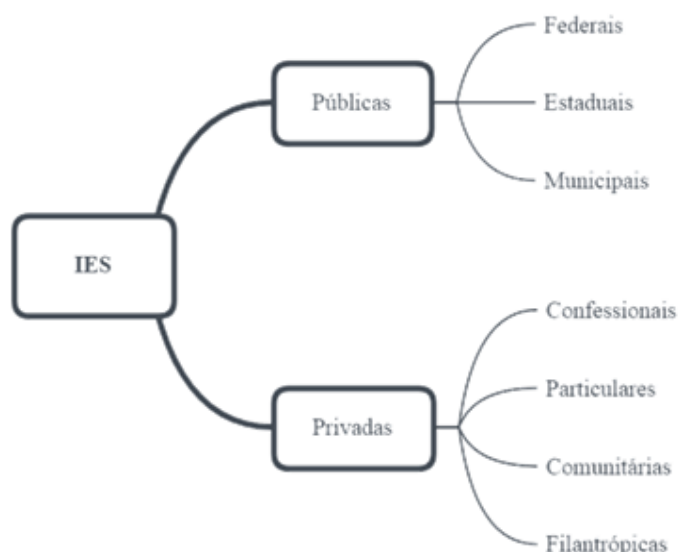
O período de 1974 a 1985 foi marcado pela democratização do ensino superior no Brasil, representou o ingresso de estudantes oriundos das escolas particulares nas universidades públicas, tendo em vista que a educação básica tinha sido satisfatória na construção da aprendizagem, enquanto a parte da população que não teve acesso a uma educação de qualidade nas séries iniciais, e mesmo assim pretendiam ingressar na educação superior, eram forçados a buscar alternativas de parcelamento do custeio do ensino, conseguindo sua formação superior na esfera particular (FLORES, 2017). Essa circunstância também é evidenciada na seguinte afirmação: “[...], a educação superior pública tem sido conivente com a enorme exclusão social e cultural dos filhos das classes populares que não têm condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública” (CHAUÍ, 2003, p.13).

Nos anos 1980, o mercado de trabalho influenciou o funcionamento dos sistemas de aprendizagem das universidades. Rossato (2002) explica que o contexto de expansão das indústrias e o crescimento do ensino acadêmico, ocasionaram a vinculação de ambos, refletindo na flexibilização do ensino, uma vez que se tinha a pretensão de atender as inovações requeridas pelo mercado empresarial, e também buscava intercalar uma parte do dia na universidade e a outra parte do tempo no trabalho.

Dessa maneira, a década de 1980 foi marcada por crises e transições na conjuntura social, incluindo o desfecho de uma crise econômica. Em 1985 encerrava-se o período marcado pela repressão militar, cedendo lugar a promulgação de uma nova Constituição que foi publicada em 1988 (DURHAM, 2005). Ainda em concordância com a contextualização da autora, os anos 80 foram sinônimo de quietude, em relação a ampliação do ensino superior.

A instituição de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecida através da Lei nº 9.394 em 20 de dezembro de 1996, propôs a ordenação das Instituições de Ensino Superior, partindo da orientação de arrecadações de recursos financeiros, concedendo novas atuações às instituições de ensino público e privado, ambos as categorias constituem as Instituições de Ensino Superior (IES), representado na Figura 1. As instituições de ensino da esfera pública são de responsabilidade do Poder Público, o qual fornece os insumos para o seu funcionamento, recursos adicionais, superação das deficiências e investimentos em ensino, pesquisa e extensão. Enquanto isso, as instituições de ensino privado se mantêm com recursos advindos de outras fontes (BRASIL, 1996).

Figura 1 - Estrutura das IES quanto aos recursos financeiros



Fonte: Elaborada pela autora com base na Lei nº 9.394/96 (LDB).

No que diz respeito a destinação dos recursos financeiros para as IES, a Lei nº 9.394/96 prevê os tipos de instituições que podem ser contempladas com o auxílio dos recursos públicos. Esses recursos citados na Lei podem se caracterizar de formas diversas, assim como a concessão de bolsas estudantis e incentivos a pesquisa de modo geral (BRASIL, 1996). Conforme requisitos estabelecidos no art. 77 disposto a seguir:

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto; II - apliquem seus excedentes financeiros em educação; III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades; IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos (BRASIL, 1996, p. 29).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 também permitiu a estruturação do Ensino à Distância (EAD), apresentando em sua redação as competências e os meios de propagação do ensino, por meio da utilização de canais de radiodifusão para fins educativos. A LDB também determina conferência ao poder público no que concerne a veiculação dessa modalidade de ensino (BRASIL, 1996). Com efeito, a Lei nº 9.394/96 indica em seu artigo 80, que compete ao Poder Público incentivar a ampliação em todos os níveis e modalidades de ensino EAD. No parágrafo 4º deste artigo está explícito como deve ocorrer sua difusão.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996, p. 30).

Com a proposta de regulamentar o artigo 80 da LDB de 1996, publicou-se seguidos decretos, inicialmente foi o de nº 2.494 em 10 de fevereiro de 1998, que decretou o ensino EAD como sendo uma sistemática de ensino voltada para a auto aprendizagem dos estudantes pelos diversos meios de comunicação. Após sete anos, o Decreto 2.494/98 foi revogado com a publicação do Decreto de nº 5.622 em 19 de dezembro de 2005, neste documento a proposta do ensino EAD teve sua caracterização como modalidade de educação que exige a atuação dos estudantes e professores na construção do ensino e aprendizagem (BRASIL, 1998; 2005). Transcorridos doze anos, o Decreto 5.622/05 foi revogado pelo Decreto de nº 9.057 em 25 de maio de 2017, o qual está vigente e regulamenta o artigo 80 da LDB de 1996. O disposto no decreto de nº 9.057 concede a oportunidade das IES articularem a criação de vagas, por meio do ensino a distância, ao mesmo tempo promove aos estudantes a conciliação da sua rotina com o acesso à educação (BRASIL, 2017). A modalidade de ensino recorre de forma fundamental aos recursos tecnológicos, para atingir o propósito de transmitir o conhecimento aos estudantes, segundo consta no artigo 1º do Decreto.

Art. 1º. Para os fins deste Decreto, considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e

aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017, p. 1).

O Ensino Superior à Distância, doravante abordado com perspectivas entusiásticas de ampliação, ganhou essa receptividade devido ao contexto histórico e econômico que a sociedade está inserida, em que o aprendizado precisa ser conciliado diretamente com a prática, a fim de formar profissionais inseridos no mercado de trabalho ou que estão em busca de inserção (SABINO, 2017).

Nesse contexto de surgimento de novos cursos, foi necessário facilitar o ingresso dos estudantes ao ensino superior, para que as vagas ociosas fossem preenchidas. Em 1999 por meio da Medida Provisória de nº 1.827, de 27 de maio de 1999, foi disposto o fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o qual foi substituído posteriormente pela Lei de nº 10.260 em 12 julho de 2001, que dispõe do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com o propósito de financiar o ensino superior para estudantes ingressantes das IES privadas, e que apresentem avaliação satisfatória de acordo com os parâmetros de avaliação do Ministério da Educação (BRASIL, 2001).

Em continuidade ao ritmo progressista alcançado no âmbito educacional, em 2005, com a expectativa de criação de novas oportunidades de ingresso nas IES privadas, foi promulgada a Lei de nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), com a proposta de facilitar financeiramente o ingresso nas IES brasileiras, incentivando a obtenção da primeira formação acadêmica, em contrapartida, gerando um clima propício para preencher as vagas das instituições particulares, o que está ajustado com o disposto no artigo 1º da Lei.

Art. 1º. Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005, p. 1).

As facilidades de acesso ao ensino superior também se estenderam as IES públicas, com a instituição do Sistema de Seleção Unificada (SISU) determinado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, sendo que antes desta portaria o acesso ao ensino público se dava com a aprovação nas provas de vestibular promovidas pelas IES. O SISU foi regulamentado como um sistema informatizado administrado pelo MEC com a incumbência

de selecionar candidatos para preencherem as vagas disponibilizadas pelas IES, sendo que a participação do SISU estabelece como requisito mínimo a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (BRASIL, 2010).

Em 2012 foi publicada a Portaria Normativa de nº 21 de 5 de novembro, este documento dispõe sobre o SISU. Neste texto normativo, foi considerado como critérios de seleção ao ensino superior a opção da ampla concorrência e a participação de vagas destinadas a cotistas, de acordo com o disposto na Lei de cotas nº 12.711/2012, de 29 de Agosto de 2012 substituída pela (Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016), em que o percentual das vagas destinadas a cotistas são destinadas a: estudantes de rede pública com renda menor que um e meio salário mínimo, e auto declarados pretos, pardos, ou indígenas e por pessoas deficientes. A seleção dos candidatos obedece a classificação da nota de corte, que é calculada de acordo com a pontuação obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Após a inscrição, a portaria nº 21 de 2012 determina que o processo seletivo será divulgado por meio eletrônico, possibilitando a aprovação do candidato em um dos três cursos escolhidos, e em caso de não ser aprovado na primeira chamada pode optar em ficar na lista de espera (BRASIL, 2012; 2016).

Contudo, as facilidades de acesso ao ensino superior, impulsionaram o surgimento de novas IES, assim como o aumento de cursos em diversas áreas, tornando o ensino acadêmico mais acessível. De acordo com Saviani (2010), em 1996, no Brasil tinha 922 instituições de ensino superior, ao passo que 211 (23%) representavam instituições públicas e 711 (77%) eram do segmento privado. No entanto, no ano de 2005 teve acréscimo expressivo do segmento privado, apresentando o total de 2.165 instituições existentes, sendo 231 (10,7%) públicas e 934 (89,3%) privadas.

As universidades, além de manter o compromisso em disseminar a educação, têm o compromisso de retribuir conhecimentos científicos para a sociedade. Em concordância com Chauí (2003), a universidade é uma instituição que revela o modo de funcionamento da sociedade como o todo, também acompanha o contexto social vivenciado no âmbito político, social e econômico.

A preparação de profissionais para o mundo do trabalho é uma das incumbências das universidades. Contudo, Saldanha (2005) alerta que é preciso compreender que a formação profissional não deve ser voltada unicamente ao prisma do mercado produtivo, pois essa vertente não detém todos os recursos para a formação profissional exemplar. Além disso, necessita-se da formação embasada no desenvolvimento da postura crítica dos indivíduos.

## 2.2 Avaliações do ensino superior no Brasil

O reconhecimento da necessidade de um processo avaliativo capaz de mensurar a qualidade do ensino foi contemplado na primeira LDB, em 1961. Nesse primeiro momento, os quesitos avaliativos das instituições que ofertavam a educação superior apresentavam rigor focado nas questões pertinentes ao atendimento satisfatório das instalações físicas, idoneidade do corpo docente e dos diretores (BRASIL, 1961).

A partir da LDB de 1996 é que o ensino superior passou a ser avaliado pela sua qualidade e eficiência do sistema de ensino. Assim, no período entre 1996 e 2003, o método avaliativo vigente na época era a aplicação de provas para os concludentes dos cursos de nível superior. O Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como provão, exigia a presença dos formandos na data do exame, como requisito para receber o diploma do ensino superior (INEP, 2003).

Dentre as propostas pedagógicas apresentadas pela LDB de 1996, um dos enfoques empreendedores foi a liberdade das IES criarem seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), permitindo as instituições se organizarem de acordo com a realidade de cada região, sem a necessidade de se adequar a um padrão vivenciado em outro contexto. Essa relevância é apontada por Gil (2011, p.98) quando retrata: “o PDI passa a constituir uma carta de compromissos assumidos pela instituição com seus corpos dirigente, docente, discentes e técnico-administrativos e o MEC, para atingir suas metas institucionais”.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que é o sistema responsável por avaliar as instituições de ensino superior em parâmetros pré definidos. Em sua formação, o SINAES tem a preocupação de avaliar as instituições de ensino, os cursos de nível superior e observar a aprendizagem dos estudantes. Os processos avaliativos que compreendem ao SINAES estão listados no artigo 80, da Lei nº 9.235 de 2017, e detalhados nos incisos de I aos IV, conforme segue:

I - avaliação interna das IES; II - avaliação externa **in loco** das IES, realizada pelo Inep; III - avaliação dos cursos de graduação; IV - avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação por meio do Enade (BRASIL, 2017, p. 25).

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é um dos sistemas avaliativos promovidos pelo SINAES. De acordo com a Lei nº 10.861, os dirigentes das IES são responsáveis por inscrever os alunos das instituições junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para realização do certame. O



exame destina-se a avaliar o desempenho acadêmico, habilidades, conhecimento, competências e realidade da qualidade da formação brasileira, observando as propostas de cada diretriz curricular (INEP, 2019). Toda a instituição de ensino, para manter sua regularidade junto ao Ministério da Educação precisa participar dos processos avaliativos propostos na lei 10.861, caso contrário sofrerá as sanções de acordo com o ato (BRASIL, 2004).

O INEP, a partir de 2009, também passou a avaliar os cursos de nível superior a partir do indicador de Conceito Preliminar de Curso (CPC). Essa avaliação serve para indicar previamente a situação dos cursos de graduação do país, a numeração utilizada varia de 1 a 5, em que 1 representa uma avaliação inferior e o número 5 representa a nota máxima, esses resultados são divulgados com os dados do Enade (MEC, 2019).

Dentre os métodos avaliativos, o Índice Geral de Cursos (ICG) é um indicador complementar de singular relevância, sua mensuração é pela nota ponderada dos cursos de graduação, mestrado e doutorado, formando uma visão sistêmica da instituição, quanto a nota também varia de 1 a 5, entretanto se a instituição for avaliada com nota inferior a 3, implica restrições na abertura de novos cursos (MEC, 2019).

Portanto, os processos avaliativos aplicados as IES e ao quadro pessoal são recursos utilizados para mensurar a qualidade do ensino superior e a aprendizagem. Conforme determina o Decreto 9.235 de 15 de dezembro de 2017, que enfatiza as avaliações externas *in loco* pelo INEP, com um prisma de verificar de forma especial o perfil de docentes que compõem o quadro de professores, tal mensuração apresenta resultado que integra a avaliação do Conceito do Curso (CC) da IES (BRASIL, 2017).

Neste capítulo, procurou-se salientar que o surgimento das primeiras instituições com a nominação de universidade, aconteceu por volta dos anos de 1920, desenvolvendo-se de forma lenta até meados dos anos de 1980. Com o fim da ditadura militar em 1985 e a posterior publicação da Constituição da República em 1988, o cenário Nacional reagiu de forma positiva às mudanças e houve a criação de novos cursos, abrangendo novas localidades brasileiras. Além disso, a publicação da nova LDB de nº 9.394/96 com a proposta de organização do ensino superior, na modalidade presencial e a distância, impulsionou a criação de novos cursos. Com isso, a expansão do ensino acadêmico gerou a necessidade de avaliar a qualidade do ensino-aprendizagem dos concludentes, essa avaliação iniciou-se com a aplicação do Exame Nacional de Cursos, como requisito para obtenção do Certificado de graduação. A partir de 2004, o método avaliativo da qualidade do ensino superior mudou para o Enade. Em paralelo a evolução dos sistemas avaliativos, desenvolveu-se incentivos

governamentais, a fim de facilitar o ingresso dos estudantes aos cursos de nível superior, com o intuito de preencher as vagas ociosas, uma vez que o setor privado, historicamente, apresenta-se como líder na demanda dos cursos acadêmicos.

O próximo capítulo enfoca a formação específica em Secretariado Executivo, visando entender sua trajetória e seu estado atual.

### 3 O SECRETARIADO NO BRASIL

Neste capítulo apresenta-se os movimentos profissionais do Secretariado, a formação acadêmica em Secretariado no grau Bacharelado e Tecnológico, relacionando com as competências mínimas exigidas a estes graus de formação.

#### 3.1 Movimentos Profissionais do Secretariado no Brasil

O mundo globalizado demanda por profissionais a cada dia mais qualificados e com a capacidade de desenvolver várias tarefas de forma simultânea. Realidade também presente na profissão de secretariado. Santos e Morreto (2011) descrevem que o Secretariado é uma das profissões que exige formação com múltiplos conhecimentos, uma vez que sua atuação pode ser em diversos setores da organização, desempenhando o papel de agente facilitador no ambiente empresarial.

O desenvolvimento do campo secretarial no Brasil fortaleceu-se com os movimentos de proporções expressivas na década de 1960, inicialmente com a criação da Associação das Secretárias do Brasil (ASB) em 30 de setembro de 1964. Essa associação firmou-se com propostas baseadas na *National Secretaries Association (NSA)* que tinha sido fundada em 1942 nos Estados Unidos, com o propósito de oferecer um arranjo profissional e recursos educacionais para os secretários (SABINO, 2017).

O diferencial proposto na criação da ASB fundamentava-se na intenção do alcance nacional dessa associação, buscando reconhecimento dos secretários no país. Ainda nos anos 60, foi criado o Clube das Secretárias do Rio de Janeiro e a Associação das Secretárias do Rio Grande do Sul, no entanto essas entidades lutavam em prol dos secretários atuantes nos seus respectivos estados (SABINO, 2017).

A ASB com sua pretensão pioneira de abrangência nacional serviu de influências para outros países da América Latina, estimulando a criação de movimentos e associações de Secretariado (SABINO, 2017). As lutas dos grupos e associações da área secretarial foram movimentos que impulsionaram as conquistas e avanços do campo.

A formação das associações propiciou a união dos secretários, permitindo reivindicar melhorias e reconhecimento profissional. Segundo Nonato Júnior (2009), o resultado mais representativo da organização da categoria secretarial foi a publicação da Lei nº 6.556 de 5 de setembro de 1978, que estabeleceu o reconhecimento do campo secretarial através da regulamentação de suas atribuições, entretanto a lei citava o Secretariado como atividade.

O reconhecimento do secretariado como profissão ocorreu em 1985, com a publicação da Lei nº 7.377, sendo alterada pela Lei nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996. Assim, para os fins da Lei de nº 9.261, o profissional para se enquadrar como Secretário Executivo deve atender duas exigências básicas, as quais estão mencionadas nas alíneas a e b do artigo 2º desta lei.

- a) O profissional diplomado no Brasil por Curso Superior de Secretariado, legalmente reconhecido, ou diplomado no exterior por Curso Superior de Secretariado, cujo diploma seja revalidado na forma da lei. b) portador de qualquer diploma de nível superior que, na data de início da vigência desta lei, houver comprovado, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas no art. 4º desta lei (BRASIL, 1996, p. 1).

Com isso, a partir das reivindicações por melhorias, os secretários conseguiram o reconhecimento da profissão. Além desse feito, Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014) citam os seguintes progressos, como resultado de várias lutas: publicação da Portaria nº 3.103, de 29 de abril de 1987, aprovando o enquadramento sindical e a singularidade da profissão; Criação da Federação Nacional das Secretárias e Secretários (FENASSEC) em 1988 e a aprovação do Código de Ética Profissional que foi publicado em 7 de junho de 1989.

### **3.2 Formação acadêmica em Secretariado no Brasil: cursos bacharelados**

A formação acadêmica em Secretariado no Brasil, se comparada com a fundação das primeiras universidades, teve seu início tardio, em 1969, com o curso superior em secretariado ofertado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Embora, a Universidade citada tenha sido a precursora, o primeiro reconhecimento do Ministério da Educação (MEC) para a formação acadêmica em Secretariado foi da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1978, sendo que a criação do curso data de 1970. Em tempo que, a pioneira (UFBA) teve o reconhecimento do MEC em 1998 (FENASSEC, 2019).

O ensino superior no Brasil permaneceu muitos anos concentrado nas universidades públicas, sendo que o segmento privado conseguiu sua ampliação a partir da publicação da primeira LDB em 1961. Esse desenvolvimento tardio também foi vivenciado na formação secretarial, que alcançou maior expressividade a partir dos anos 1990, assim como as demais áreas de ensino (Cielo, Schmidt e Wenningkamp, 2014).

A formação superior em Secretariado seguiu o ritmo expansionista que também estava sendo demandado por todas as outras áreas de conhecimento. Segundo Cielo, Schmidt

e Wenningkamp (2014), no período compreendido entre os anos de 1970 a 1997 (27 anos) o total de cursos de bacharelado com a formação profissional em Secretariado Executivo contabilizava 32. Porém, em 2007 o total de cursos passou para 113, quer dizer, em menos de uma década teve acréscimo de aproximadamente 253%.

A formação superior alcançou novas perspectivas, quando foi aprovado o parecer de nº CES/CNE 0102/2004, em 11 de março de 2004, propondo aos cursos de nível superior a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) específicas para cada área. A proposta deste parecer defende que a DCN é uma referência para a formação nas instituições do país, no que tange a construção do conhecimento e as competências mínimas exigidas no ensino acadêmico. Conforme o exposto no parecer CES/CNE 0102/2004, foi estabelecido um prazo para os cursos superiores apresentarem suas DCNs. A DCN por sua vez indica elementos essenciais intrínsecos a formação, compreendendo: conteúdos básicos, específicos e teóricos- práticos, que precisam estar presentes no processo de formação das competências e habilidades do profissional (BRASIL, 2004).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Secretariado Executivo foram instituídas pela Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005, que direcionou às IES, no que se refere a organização curricular em sintonia com perspectiva de graduar profissionais e torná-los capacitados, para atuar nos diversos campos, como consta no artigo 3º.

Art. 3º O curso de graduação em Secretariado Executivo deve ensinar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões que envolvam sólidos domínios científicos, acadêmicos, tecnológicos e estratégicos, específicos de seu campo de atuação, assegurando eficaz desempenho de múltiplas funções de acordo com as especificidades de cada organização, gerenciando com sensibilidade, competência e discrição o fluxo de informações e comunicações internas e externas. (BRASIL, 2005a, p. 02).

As Diretrizes Curriculares Nacionais norteiam os cursos de graduação em Secretariado, porém não torna o ensino pragmático e limitado, tendo em vista que as DCN permitem que as IES adotem um direcionamento educacional, de acordo com a cultura e as necessidades locais. Contudo, os egressos dos cursos devem atender as especificidades requeridas em cada região de ensino, considerando os elementos culturais e locais que devem ser contemplados (BRASIL, 2005).

Todavia, a DCN defende que a dimensão da formação profissional em Secretariado deve contemplar os campos interligados, assim como: áreas de ciências sociais, jurídicas, econômicas, comunicação, informação, técnicas e gestão secretarial, administração pública e privada, psicologia, empresarial, ética, língua estrangeira, conteúdos teóricos-práticos, informática, estágio e atividades complementares, quanto a produção da monografia

fica a critério da instituição optar por incorporar na sua grade curricular (BRASIL, 2005). Ainda em concordância com o exposto na DCN a diversidade de assuntos acrescenta que o perfil profissional de Secretariado Executivo requer atualizações constantes para atender as exigências das organizações.

Após o auge da criação de novos cursos de graduação em Secretariado, presenciado até meados de 2007, sucedeu-se um período de declínio, que se agravou ainda mais a partir de 2009. Do total de cursos participantes do Enade, no período compreendido entre os anos de 2006 e 2012, cerca de 40% não se encontrava mais em funcionamento quando foi desenvolvido o estudo de Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014). Quanto aos motivos para o fechamento dos cursos, foram elencados:

Criação de novos cursos superiores em outras áreas, despertando maior interesse nos jovens; abertura de cursos tecnológicos; disseminação do ensino superior a distância e ainda, pode-se citar, o desestímulo pela formação, uma vez que a ausência de órgãos fiscalizadores permite que profissionais das mais distintas áreas ocupem as vagas criadas para os profissionais de secretariado (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014, p. 60-61).

Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014) visualizaram a necessidade de contextualizar a redução da oferta da formação em Secretariado, com a crescente criação dos cursos no início dos anos 2000, época que ocorreu os incentivos do Plano Nacional de Educação, que visou expandir o Ensino Superior no País. As autoras acreditam que essa expansão acelerada, sem estudos analíticos e financeiros, tenha acarretado o fechamento de grande parte desses cursos. Além disso, o crescimento do ensino superior em Secretariado, em sua maioria, partiu do segmento privado, motivo que reforça a necessidade de um planejamento financeiro bem estruturado que atinja longo prazo, além de estudo criterioso de demanda na região.

De maneira complementar, o estudo de Silva *et al.* (2017) considerou dificuldades para se manter os cursos de bacharelado em secretariado, tais como: a) carência de produções científicas na área de Secretariado; b) preferência dos alunos por cursos tecnólogo nas IES privadas; c) problemas na alocação de corpo docente, uma vez que possuem conhecimentos que são demandados pelos cursos de Administração e Letras; d) a realidade profissional dos professores não condiz com as exigências de atuação do profissional formado em Secretariado Executivo.

Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014) concluem que é necessário acompanhar de forma crítica o comportamento da oferta dos cursos de Secretariado, em especial os cursos de bacharelado, ainda complementa que a grande expectativa é que as universidades

públicas tenham maior potencialidade para manter os cursos de bacharelado do que as IES privadas.

### 3.3 Educação a distância e o ensino tecnológico em Secretariado

A formação superior em Secretariado no Brasil divide-se em dois tipos: bacharelado e tecnólogo, permitindo que o ensino seja presencial ou à distância. Quanto à oferta dos cursos de Educação à Distância (EAD), o estudo de Silva, Barros e Santos (2016, p. 15) apontou “que as IES que ofertam formação em Secretariado na modalidade EAD são todas privadas e ofertam cursos tecnólogos”. Um curso bacharelado em secretariado na modalidade EAD foi registrado no sistema e-MEC, tendo iniciado seu funcionamento em 01/02/2016 (MEC, 2019). Além disso, encontra-se registradas junto ao MEC o total de 21 instituições, em situação de atividade que ofertam o ensino EAD (MEC, 2019).

Quanto ao alcance do ensino superior em Secretariado na modalidade EAD, abrange os 27 Estados federativos do país, dispondo de 966 pólos de ensino distribuídos no Brasil, assim como se observa seu número e distribuição na tabela 1 (LOCKS *et al.*, 2017).

Tabela 1 - IES x Sede da IES x Natureza da IES x N° de UF x N° de cursos

IES	Sede	Natureza da IES	N° de UF	N° de Cursos
UNINTER	PR	Sociedade Empresária Limitada	27	534
UNISEB	SP	Sociedade Empresária Limitada	22	115
UNIDERP	MS	Sociedade Empresária Limitada	17	74
UNICESUMAR	PR	Sociedade Empresária Limitada	12	61
UNICID	SP	Sociedade Empresária Limitada	4	46
CEUCLAR	SP	Associação Privada	15	35
UNIFRAN	SP	Sociedade Anônima Fechada	2	23
UNIVERSO	RJ	Associação Privada	8	20
UNC	SC	Fundação Privada	1	17
UCDB	MS	Associação Privada	8	13
UNINOVE	SP	Associação Privada	1	9
UBC	SP	Sociedade Empresária Limitada	3	8
UNICSUL	SP	Sociedade Anônima Fechada	4	8
NEWTON PAIVA	MG	Sociedade Empresária Limitada	2	2
UCB	RJ	Associação Privada	1	1

Fonte: Locks *et al.* 2017.

No que diz respeito aos Cursos Superiores de Tecnologia (CST) apresenta ensino direcionado a formar profissionais qualificados para atuarem nas áreas científicas e tecnológicas, permitindo o ingresso a partir da conclusão do ensino médio, os profissionais graduados nessa modalidade de ensino são tecnólogos de nível superior aptos a exercer

funções em âmbito produtivo, científico, tecnológico e expandir a aprendizagem para o nível de pós-graduação (BRASIL, 2016, p. 49).

Com a resolução CNE/CP 3 de 18 de dezembro de 2002, o presidente do Conselho Nacional de Educação instituiu a organização e funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, com o intuito de unificar os requisitos curriculares mínimos, para o ensino superior tecnológico. Quanto aos objetivos, foi definido de forma concisa no artigo 1º.

Art. 1º A educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias (BRASIL, 2002, p.01).

Em continuidade ao exposto, os cursos de Tecnologia são regidos pelo parâmetro do Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia, o qual foi lançado em sua primeira edição em 2006, enquanto os cursos de bacharelado em Secretariado Executivo possuem Diretrizes Curriculares específicas. A versão mais recente do Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia conta com sua terceira edição e foi aprovado pela Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016, e em seu conteúdo determina as competências e perfil de formação no ensino tecnológico. No catálogo, o curso tecnólogo recebe a denominação exclusiva de secretariado e faz parte do eixo da gestão e negócios.

O Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia lista as competências requeridas no nível da formação tecnológica em Secretariado, que por sua vez demanda por conhecimento ligado ao âmbito tático, exigindo tempo mínimo de formação de 1.600 horas. No tocante ao perfil profissional esperado do concludente do curso superior de tecnologia em secretariado, o catálogo prevê:

Planeja e organiza os serviços de secretaria. Assessora executivos, diretores e suas respectivas equipes de forma a otimizar os processos. Executa atividades de eventos, serviços protocolares, viagens, relações com clientes e fornecedores. Redige textos técnicos. Gerencia informações. Coordena as pessoas que fazem parte de sua equipe. Auxilia na contratação de serviço de terceiros. Acompanha contratos de serviços e o cumprimento dos prazos de execução das atividades. Levanta informações de mercado para tomadas de decisão. Controla arquivos e informações. Supervisiona a execução das decisões. Realiza a comunicação interna e externa. Decide sobre a rotina do departamento em que opera. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação (BRASIL, 2016, p. 49).

Em sua proposta de formar profissionais qualificados em menor tempo de formação, os cursos de tecnologia em Secretariado estão espalhados no país e representam grande número de oferta de vagas. De acordo com o portal do MEC, no Brasil tem o total de 55 IES públicas e privadas que ofertam cursos tecnológicos e estão em atividade, esse



resultado também inclui a modalidade presencial e EAD, sendo que o período de início de funcionamento desses cursos atende aos credenciamentos registrados junto ao MEC desde o ano 1992 até 2019 (MEC, 2019).

As principais diferenças das competências da formação acadêmica do grau bacharelado e tecnólogo estão expostas no Quadro 1.

Quadro 1 - Competências da formação em Tecnólogo e Bacharel em Secretariado

<b>TECNÓLOGO EM SECRETARIADO</b>	<b>BACHAREL EM SECRETARIADO EXECUTIVO</b>
<p><b>Competências e Habilidades mínimas requeridas ao profissional tecnólogo em Secretariado</b></p> <p>1- Assessoria a executivos, diretores sempre em busca de otimizar os processos;            2 - Executa atividades de eventos, serviços protocolares, viagens, relações com clientes e fornecedores;            3- Atua com a comunicação organizacional;            4- Acompanha prazos e recolhe informações úteis para o processo de tomada de decisão;            4- Emite parecer técnico em sua área de formação.</p>	<p><b>Competências e Habilidades mínimas requeridas ao profissional de Secretariado Executivo</b></p> <p>1 - Capacidade de articulação, planejamento e controle dos assuntos da organização;            2 – Gerenciamento e propagação da comunicação de modo que favoreça as negociações;            3 - Liderança, resolução de conflitos e capacidade soluções;            4- Gestão e assessoria no campo administrativo e empresarial;            5 - Condução ética das responsabilidades dedicadas ao exercício profissional.</p>

Fonte: Elaborada pela autora com base na Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005 e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia (2016).

Apesar da liberdade que as IES possuem para ampliar a carga horária dos cursos, observando o limite mínimo e cientes que não foi estabelecido número máximo de horas, acarreta que na prática os cursos superiores não ultrapassam muito a carga horária mínima exigida. O período mínimo para obtenção do currículo em bacharelado é de três anos, enquanto que o curso tecnólogo tem requisição mínima de dois anos. Os profissionais formados em ambas as modalidades de ensino, recebem o diploma de conclusão do ensino superior sem distinção e podem se cadastrar na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) como secretário (a) executivo (a) (BRASIL, 2005; BRASIL, 2016).

Portanto, sabe-se que é de grande relevância a manutenção dos cursos de bacharelado, enquanto é vivenciada a expansão dos cursos tecnólogos. O estudo de Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014) ressalta que regredir a oferta de cursos de nível bacharelado em secretariado executivo, impacta de forma desfavorável no futuro da profissão, ainda mais com o histórico das conquistas graduais alcançadas ao longo desses anos, baseadas em lutas para conseguir a regulamentação e reconhecimento nacional da profissão.

Congruente ao exposto, formar profissionais aptos para ingressar no mercado de trabalho, no âmbito secretarial, também envolve criatividade e adequação dos conteúdos que

estão sendo ofertados aos discentes, esses critérios refletem o progresso acadêmico e a qualidade do ensino que se pretende ofertar, a fim de formar egressos capazes de elaborar estratégias e solucionar problemas. Neste sentido, Vieira, Durante e Barros (2015) ratificam que a pluralidade na formação do secretário executivo é devida em parte, a necessidade de ter uma visão global da organização, para que este profissional resolva conflitos, problemas e atue junto aos gestores no processo da tomada de decisões.

Ainda de acordo com Vieira, Durante e Barros (2015, p. 40) “O secretário executivo também está imerso em um universo de informações e cabe a este profissional sua gestão, de forma a identificar o que deve ser levado em consideração e o que pode ser descartado, o que representa um risco ou uma oportunidade de negócio”. Assim, esta constatação alerta para a necessidade da formação crítica do secretário, pois lidar e gerir muitas informações ao mesmo tempo requer qualificação antecipada.

Este capítulo buscou contextualizar os movimentos profissionais do Secretariado, apresentando os principais desafios enfrentados na trajetória que compreendeu desde o reconhecimento da área secretarial como atividade, até o fazer secretarial ser reconhecido como profissão. Em paralelo a essas conquistas, o campo acadêmico desenvolveu-se em ritmo lento, em que o número de cursos atingiu representatividade nacional de expansão a partir dos anos 2000. Tal expansão foi gradativa, em que primeiro contemplou a modalidade de ensino presencial, em seguida a modalidade EAD. Além disso, , apesar do ritmo crescente de abertura de novos cursos, a partir de 2009, iniciou-se a redução da formação acadêmica em Secretariado Executivo, na modalidade presencial. Portanto, quanto a abordagem do grau de ensino, distingue-se as competências profissionais da formação em bacharelado e tecnólogo, verifica-se que os cursos de bacharelado atendem a demanda de profissionais qualificados para orientar a tomada de decisões em nível estratégico, enquanto que os tecnólogos atendem a proposta de formar em menor tempo profissionais qualificados, para atender as demandas do mercado de trabalho.

## 4 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa apresenta a orientação investigativa utilizada para o alcance dos objetivos traçados. Sua importância é inerente ao desenvolvimento do estudo, pois é nesta seção que os procedimentos são detalhados. A explanação, a princípio é organizada com o detalhamento do tipo de pesquisa, seguida da técnica de coleta de dados e técnica de análise dos dados empregada.

### 4.1 Tipo de pesquisa

O ato de pesquisar é um exercício que requer questionamentos e inquietações iniciais, para que se possa traçar o processo investigativo. A partir das indagações, o investigador é incitado a trilhar a busca do conhecimento. Assim, a pesquisa é representada por tentativas de formular respostas para problemas, tomando como pressuposto, estudos científicos atrelados ao pensamento e a ação (GIL, 2009; MINAYO, 2012).

A pesquisa tem como objetivo básico investigar a formação acadêmica em Secretariado no Brasil. Portanto, o estudo estrutura-se em uma abordagem qualitativa com propósito descritivo.

De acordo, com Gunther (2006) a investigação qualitativa permite a construção do conhecimento de forma indutiva de determinado assunto, baseado na necessidade de contextualização histórica entre objeto de estudo e meio ambiente. A pesquisa qualitativa proporciona o estudo da questão levantada, mediante a aproximação entre sujeito e objeto e de uma análise subjetiva da problemática levantada. No tocante aos objetivos, o estudo é descritivo, tendo em vista que “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa, e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 61). Gil (2009) acrescenta que a pesquisa descritiva possibilita a construção de novas perspectivas de respostas dos questionamentos levantados, auxiliando o investigador a galgar novas descobertas.

A etapa preliminar deste estudo compreendeu a revisão da literatura acerca do ensino superior no Brasil de modo geral e do Secretariado Executivo, de forma específica. Cervo, Bervian e Silva (2007) apontam que a revisão bibliográfica envolve a pretensão de recolher informações e contribuições que embasam o desenvolvimento da pesquisa.

Em continuidade, realizou-se uma pesquisa documental, “A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem

ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2009, p. 45). Além disso, a pesquisa documental requer cautela no processo de seleção e utilização das fontes potenciais, as quais irão apoiar a investigação, em função das questões previamente levantadas (CELLARD, 2012).

Os documentos selecionados para embasamento da produção científica exigem dedicação prévia, a fim de não limitar a pesquisa em direção unilateral. Em aprovação a isto, Cellard (2012) informa que é imprescindível fazer um levantamento, contemplando o maior número possível de documentos que abordam a temática escolhida pelo pesquisador. Ainda em concordância com Cellard (2012) é incontestável a importância dos documentos, uma vez que não se pode alterá-los, sendo necessário aceitar sua constituição da forma como se apresenta.

Dessa maneira, ao recorrer a pesquisa documental é interessante evitar a consulta em documentos de origem duvidosa. Para isso, Cellard (2012) definiu cinco passos a serem percorridos nesse processo: a) o contexto é necessário examinar o contexto global que inspirou a produção do documento e também saber as influências sociais, políticas, culturais e econômicas em que o autor estava inserido; b) o autor ou os autores, antes da interpretação da obra é preciso conhecer as motivações e aspirações do escritor, para facilitar o entendimento; c) autenticidade, etapa em que o leitor investiga a confiabilidade do texto, para se resguardar de embasar seus estudos em interpretações equivocadas; d) a natureza do texto, neste ponto considera-se a liberdade de escrita do autor, uma vez que documentos destinados a seus superiores são comedidos e podem ter informações suprimidas; e) conceitos e a lógica do texto, o pesquisador necessita estar atento aos conceitos utilizados e ao sentido interpretativo que o autor pretende alcançar, pois o escritor pode utilizar recursos que demandam conhecimentos específicos da época e de elementos culturais para interpretar o texto.

Quanto às vantagens de utilização da pesquisa documental, Gil (2009) aponta para o baixo custo de desenvolver esse tipo de estudo, uma vez que o principal recurso que o investigador terá que dispor é o tempo para analisar os documentos. No que concerne aos documentos, o autor afirma que é uma fonte vantajosa, pois são fontes que se perpetuam ao longo dos anos, conservando a composição original, motivo que repassa confiança ao investigador.

Ademais, a pesquisa documental também exige atenção do pesquisador no que concerne a manutenção da expressividade e imparcialidade. Neste sentido, Gil (2009) aponta que os obstáculos da subjetividade e objetividade precisam ser contornados em todo o

desfecho do estudo, para que a pesquisa garanta representatividade, sem apresentar dispersão dos objetivos que norteiam o estudo.

No estudo em questão, a pesquisa documental foi realizada a partir da coleta de dados em fontes primárias e secundárias. As fontes primárias são informações que não foram interpretadas e encontra-se no seu estado natural, na pesquisa em questão, as leis referenciadas resultam em dados desta fonte, uma vez que as informações foram coletadas na fonte oficial. No que diz respeito às fontes secundárias, entende-se como resultado das análises de dados primários, no presente estudo, tem-se como exemplo os relatórios que foram coletados no portal do Ministério da Educação e os relatórios Síntese do Enade (COOPER; SCHINDLER, 2013).

## **4.2 Coleta de dados**

Com a pretensão de verificar a quantidade de cursos de graduação em Secretariado Executivo criados no Brasil, realizou-se uma pesquisa na base de dados do e-MEC, que é um sistema digital do Ministério da Educação (MEC), onde constam informações públicas das Instituições de Ensino Superior (IES), seus pedidos de credenciamento, descredenciamento, extinção do curso, autorização, renovação de licença, migração de modalidade de ensino e demais processos pertinentes a manutenção e regularidade de um curso acadêmico. Em seguida, verificou-se o número de cursos de Secretariado Executivo participantes das edições do ENADE, que é um exame obrigatório para os concluintes, para que a IES se mantenha regular junto ao MEC. Os dados foram obtidos de acordo com os relatórios Síntese da Área.

Inicialmente, os dados foram coletados no endereço eletrônico: (<http://emec.mec.gov.br/>), no período compreendido entre os dias 09 de março e 18 de maio de 2019. Na etapa da coleta de dados, optou-se em selecionar o tipo de consulta avançada, aplicando-se o filtro dos cursos de Secretariado presenciais, que possuem grau de formação bacharelado e tecnológico, a fim de obter dados específicos. A partir desta seleção, foi possível verificar os cursos de graduação em secretariado que estão em atividade, em processo de credenciamento, descredenciamento, em extinção, extintos, processo de migração para o grau tecnológico, Ensino a Distância (EAD) e demais trâmites pertinentes as exigências do Ministério da Educação.

Na etapa seguinte, coletou-se a quantidade de cursos de Secretariado Executivo que participaram do Enade nas edições 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018. A pesquisa foi

realizada no portal oficial do INEP: (<http://inep.gov.br/web/guest/relatorios>), no período de 18 a 20 de maio. A abrangência dos cursos compreendeu desde a primeira instituição credenciada em 06/03/1970, Universidade Federal de Bahia (UFBA), até os cadastros incluídos no portal e-MEC com data de 20/04/2019.

Foi verificada a criação de 212 cursos no Brasil, sendo 123 cursos em atividade, de acordo com o MEC. Então, optou-se por entrar em contato com cada um dos 123, para saber se encontram-se realmente em funcionamento. A motivação para esse contato foi a disparidade do total de cursos com registro em atividade, comparado a decrescente participação dos cursos de Secretariado nas cinco edições do Enade, em que a primeira edição registrou a participação de 119 cursos de bacharelado, e na última avaliação que ocorreu em 2018 contou com a inscrição de 42 cursos bacharelados em Secretariado Executivo (INEP, 2019).

Para isso, foi feita a consulta individual das IES no portal do e-MEC e coletado o número telefônico de cada uma. Logo em seguida, foi efetuado a chamada telefônica. Nos casos em que o número não chamava ou estava incoerente, buscou-se no site da IES, conforme o endereço eletrônico indicado no portal e-MEC. O contato telefônico com as IES ocorreu no período de 21 a 28 de maio de 2019.

O contato telefônico teve o propósito de conseguir informações, considerando os seguintes aspectos: o curso de Secretariado está em andamento? Tem alunos para formar? Qual o último semestre que teve ingresso? O curso é bacharel ou tecnológico? Presencial ou a distância? Entretanto, ao realizar a pergunta inicial, o informante já acrescentava que fazia muito tempo que não tinha o curso, a ponto de não conseguir quantificar este tempo em anos e meses.

O total de contatos sucedidos foram 119. Os quatro cursos em que o contato não foi possível, mesmo com a ocorrência de várias tentativas em dias alternados, a falta de sucesso deveu-se a telefones inexistentes e números que chamaram, porém não foram atendidos.

Por último, acessou-se os dados eletrônicos dos relatórios Síntese das Áreas de Administração e Ciências Contábeis, a fim de verificar a participação destes cursos nas edições do Enade nos anos 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018 e comparar com o Secretariado Executivo. A escolha desses cursos ocorreu por realizarem o Enade nos mesmos anos que o Secretariado, porque são cursos que produzem conteúdos estudados durante a formação em Secretariado Executivo e, além disso, porque em muitas IES os cursos congregam o mesmo departamento administrativo.

### 4.3 Análise dos dados

A análise dos dados teve como fundamento a técnica de análise de conteúdo. Minayo (2016) defende que o emprego desta técnica tem amplas finalidades, dentre elas, analisar de forma indutiva as informações e mensagens coletadas durante a pesquisa, a fim de encontrar respostas para as questões previamente levantadas. Ainda de acordo com a autora, esse tipo de investigação facilita a análise das partes, para que se tenha a formulação de um sentido a ser apresentado no processo de análise dos resultados.

Rossi, Serralvo e João (2014) descrevem que a análise de conteúdo em uma abordagem qualitativa possibilita uma análise profunda dos documentos coletados durante a pesquisa, podendo resultar na formação de hipóteses criadas a partir das relações conceituais empregadas na ideia central do estudo, as quais podem ser exploradas em experimentos futuros.

A análise de conteúdo compreende significados diversos no processo de formação da análise, tendo em vista, que podem existir variadas interpretações acerca do mesmo assunto, o que atrela aspecto subjetivo ao processo de codificação dos dados apresentados nos resultados da pesquisa (ROSSI; SERRALVO; JOÃO, 2014).

Para Minayo (2016), a análise de conteúdo é capaz de compreender as seguintes etapas: pré-análise; exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Neste contexto, a pré-análise foi a sondagem das informações contidas no portal do e-MEC, seguida da verificação dos Relatórios Sínteses oficiais do INEP. A partir das leituras e verificações, optou-se em analisar o tipo de relatório, consulta avançada, que permite a exportação detalhada da situação do curso e os dados cadastrais registrados junto ao Ministério da Educação (MEC), tais informações nortearam o processo analítico.

Em seguinte, a exploração do material, estruturou-se de acordo com a sequência dos objetivos específicos, seguindo o ordenamento: 1). Cursos de Secretariado criados no Brasil; 2). Cursos de graduação em Secretariado em funcionamento; 3). Comparação do Secretariado com outros cursos do campo da gestão.

No decorrer da análise das informações, identificou-se que algumas instituições apresentam a formação em secretariado com a situação em extinção, porém não consta a data que a formação deixou de existir, o que impossibilitou elaborar uma comparação do total de fechamento de cursos de Secretariado por ano.

Por fim, o tratamento dos resultados seguido da interpretação, contou com a organização das informações em tabelas, gráficos, quadros e mapas para melhor compreensão

e análise. Utilizou-se o aporte do *software* Excel, que viabilizou a elaboração de mapa interativos com abordagem dinâmica da quantidade de cursos de Secretariado distribuídos no Brasil. Adiante, os resultados da pesquisa foram analisados conforme o referencial teórico ora estruturado no início do estudo, como pode ser verificado no capítulo seguinte.



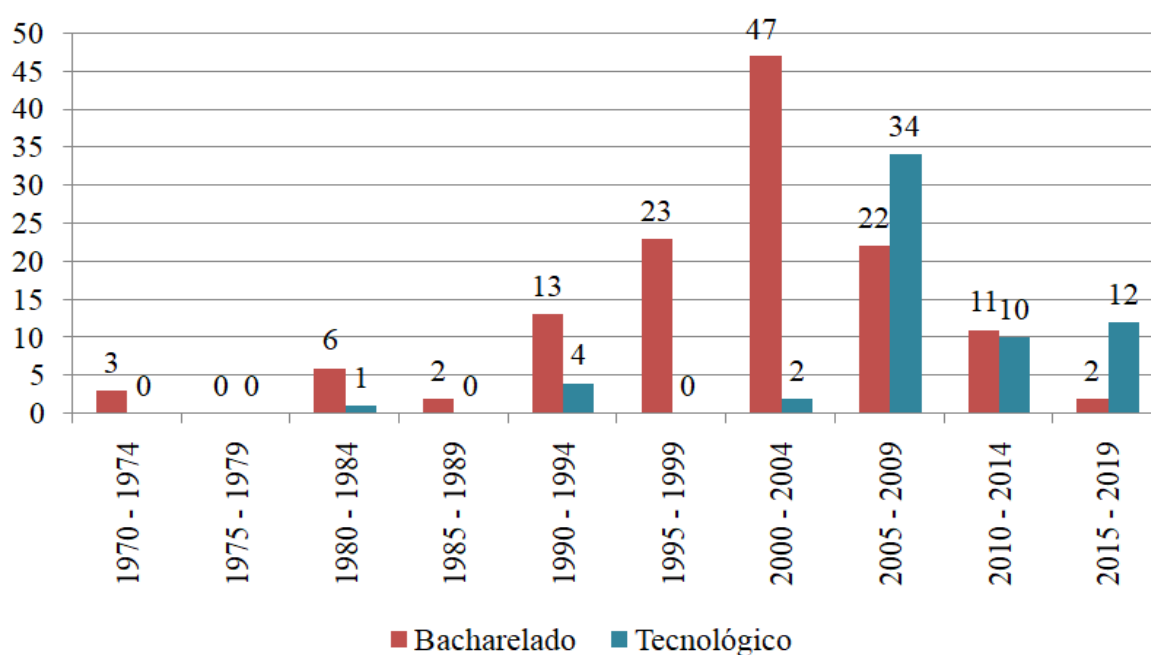
## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo aborda os resultados que foram obtidos com a pesquisa. Inicialmente, apresenta-se a quantidade de cursos presenciais de graduação em Secretariado registrado no e-MEC, seguindo-se com resultados que indicam o número de cursos de Secretariado que estão em andamento em cada região do Brasil. Por último, compara-se a oferta dos cursos de Secretariado com outros do campo da gestão.

### 5.1 Cursos de graduação em Secretariado Executivo criados no Brasil

De acordo com os dados secundários disponibilizados no portal e-MEC, verificou-se que desde o primeiro curso de graduação em Secretariado, o qual iniciou o funcionamento em 1970, até abril de 2019 registraram-se a criação de 212 cursos, na modalidade presencial. Porém, do total de cursos criados, 20 deles estão sem indicativo da data de início do funcionamento, em que se visualiza a observação, não iniciado, situação que justifica o gráfico 1 apresentar 192 cursos, com suas respectivas datas de início. Dos 192 cursos, 129 são bacharelados e 63 são tecnológicos. Dos 20 cursos que não apresentam data de início de funcionamento, 18 são tecnológicos e dois bacharelados (MEC, 2019).

Gráfico 1 - Quantidade de cursos de Secretariado Executivo criados no Brasil, por ano

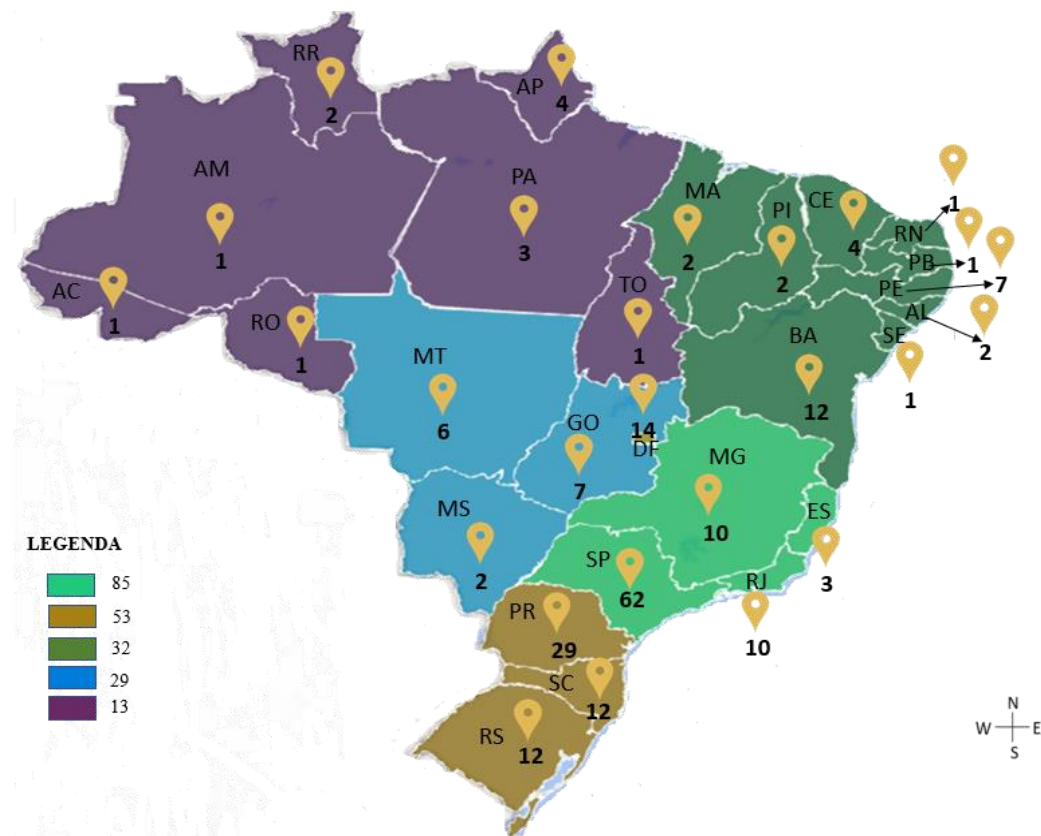


Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do e-MEC (2019).

Observa-se que de 1970 a 1999 (29 anos) entraram em funcionamento 47 cursos, e a mesma quantidade de cursos entrou em funcionamento entre 2000-2004, representando o ápice. Entre 2000 a 2009 (10 anos) registrou-se o início de mais 69 cursos de Secretariado, seguindo o crescimento e a tendência que ocorreu em todo o ensino superior no Brasil. O período 2005-2009 marca a redução da criação de novos cursos bacharéis e em contra partida o crescimento da criação de cursos tecnológicos, possivelmente como resultado da política governamental de incentivo a esse tipo de formação em todas as áreas, Decreto nº 5.224/2004 (BRASIL, 2004). O crescimento, no entanto, não se sustentou no período seguinte, pois a quantidade de cursos criados, tanto bacharéis quanto tecnológicos, já foi menor. O tecnológico manteve o crescimento médio em torno de 11 cursos entre 2010 e 2019, o que não ocorreu com o bacharelado, instaurando um cenário de reflexão sobre o futuro da formação, consequentemente, da profissão de Secretariado Executivo no Brasil.

A figura 2 apresenta os 212 cursos criados no Brasil, registrados junto ao e-MEC, no período de 49 anos, por estado brasileiro.

Figura 2- Quantidade de cursos presenciais registrados no e-MEC (2019)



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados do e-MEC (2019).

Dos 212 cursos de Secretariado presenciais registrados junto ao MEC, 23 encontram-se extintos, 66 em processo de extinção e 123 cursos estão com o registro em atividade (MEC, 2019). Pode-se, ainda, observar que 40% dos cursos foram criados na Região Sudeste, 25% na Região Sul, 15,5% Região Nordeste, 13,5% Centro-Oeste e 6% na Região Norte (figura 2). Percebe-se que os extremos são representados pelas regiões Sudeste que tem o maior percentual de cursos, em contrapartida a região Norte destaca-se com o menor índice de cursos de Secretariado (figura 2). O Sudeste concentra a formação em Secretariado, assim como em outras áreas por ser o maior polo industrial do Brasil, e depende de mão-de-obra especializada. Chauí (2003) explica que a universidade revela o modo de funcionamento da sociedade, acompanhando o contexto social, político e econômico.

## 5.2 Cursos de graduação em Secretariado em funcionamento

A pesquisa realizada no portal e-MEC apontou 212 cursos criados e destes 123 cursos de Secretariado em atividade em 2019, ao passo que 89 cursos foram extintos ou estão em processo de extinção. Deste modo, além do reduzido número de novos cursos criados, parte dos criados não encontram-se em funcionamento. A redução dos cursos de graduação em Secretariado desde o primeiro registro em 1970 até o período da pesquisa decresceu 41%. Tais dados não convergem com os resultados apresentados por Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014), que estudaram a quantidade de cursos de Secretariado Executivo, com base nas edições do ENADE dos anos 2006, 2009 e 2012 e verificaram redução em 41%.

Buscando identificar a quantidade de cursos que estão em funcionamento, recorreu-se aos relatórios do INEP de participação do ENADE, já que os cursos em funcionamento precisam inscrever seus concludentes no referido exame. O quadro 2 apresenta esse quantitativo:

Quadro 2 - Participação dos cursos de Secretariado Executivo no ENADE por edição

Edição Enade	Quantidade de cursos participantes
2006	119
2009	100
2012	73
2015	58
2018	42

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados do Enade (2006- 2018).

As participações dos concludentes no Enade indicam redução da formação acadêmica do curso de Secretariado em 64% nos últimos 12 anos, entrando em contradição com os registros do e-MEC, que apontam redução de 42%. Enquanto, o Enade informa que 42 cursos encontram-se em funcionamento, o e-MEC informa que são 123 em funcionamento. Dada a disparidade, optou-se por contatar as 123 instituições de ensino para obter a informação, se o curso encontra-se em funcionamento ou não.

Foi possível obter a informação que dos 123 cursos, 52 estão em andamento, porém um não está ofertando vagas para a modalidade presencial, somente a distância, motivo que restringiu o número de cursos em andamento para 51, conforme exposto no quadro 3. De forma complementar, dos 51 cursos em funcionamento, foi informado que seis não estão conseguindo formar novas turmas, situação que indica futuro fechamento destes cursos (MEC, 2019).

A partir do quadro 3, é possível comparar quantos cursos foram abertos, destes quantos estão em funcionamento e quantos não estão funcionando. Ressalta-se que na relação de cursos em andamento e cursos sem funcionar não foi contabilizado os 4 cursos em que as tentativas de contato não foram sucedidas, os quais são dos estados da Bahia, Santa Catarina e Minas Gerais.

Quadro 3 - Cursos presenciais de Secretariado no Brasil (2019)

UF	Nº de cursos criados	Nº de cursos em andamento		Nº de cursos sem funcionar	
		Público	Privado	Público	Privado
AC	1				1
AL	2				2
AM	1				1
AP	4	1		2	1
BA	12	1			9
CE	4	1			3
DF	14	1	6		7
ES	3				3
GO	7				7
MA	2		1		1
MG	10	1			8
MS	2				2
MT	6	1			5
PA	3	1		1	1
PB	1	1			

(Continua)

(Continuação)

PE	7	1			6
PI	2	1			1
PR	29	7	4	1	16
RJ	10		2		8
RO	1				1
RR	2	1			1
RN	1				1
RS	12		2		10
SC	12	2	1	2	6
SE	1	1			
SP	62	2	12	2	46
TO	1				1
TOTAL	212	23	28	8	148
		51		156	

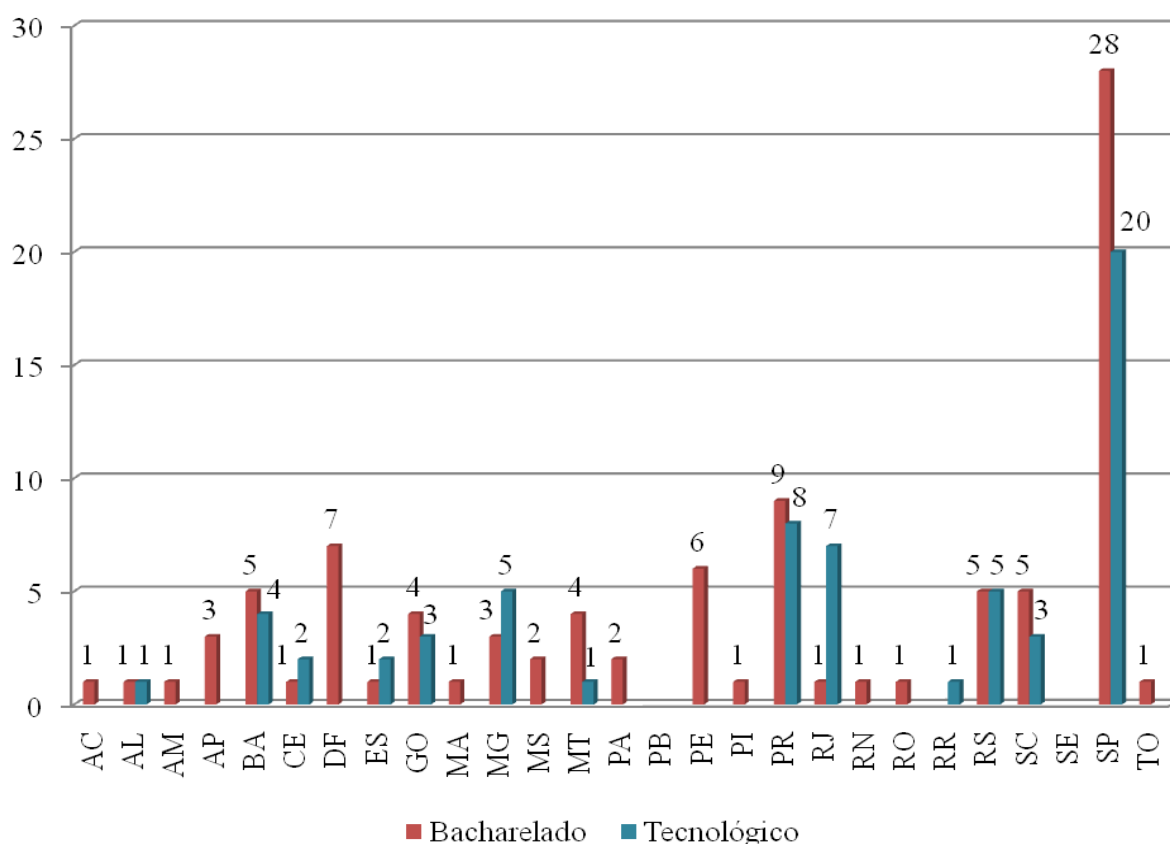
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os cursos foram criados em sua maioria por instituições privadas, representando 84% (quadro 3). Isto demonstra que o funcionamento destes cursos depende da demanda, uma vez que cada IES privada tem a quantidade mínima de alunos que viabiliza em aspectos financeiros a formação de suas turmas. Esta realidade aponta para a dependência da formação de turmas dos cursos nas IES privadas e ressalta a capacidade das IES públicas ter uma projeção de manter os cursos de Secretariado por mais tempo (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

Ainda, os resultados do quadro 3, apontam que o maior índice de fechamento dos cursos é nas IES privadas, 94,8%, enquanto que a redução dos cursos de Secretariado nas IES públicas foi de 5,2%. Esta representação do total de fechamento dos cursos na categoria privada deve-se ao fato de existir mais cursos desse segmento, conforme mostra a pesquisa de Saviani (2010), no ano de 2005 a categoria privada representava 89,3% dos cursos de nível superior.

No gráfico 2, apresenta-se o número de cursos fechados do grau bacharelado, que teve participação de 60,5% (94). Enquanto que a formação tecnológica em Secretariado registrou percentual de fechamento de 39,5% (62). Com isso, a crescente redução da oferta de cursos do grau bacharelado, pode gerar impactos negativos no futuro da profissão, conforme conclusão dos autores (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

Gráfico 2 - Cursos de graduação em Secretariado que não estão funcionando no Brasil (2019)



Fonte: Elaborado pela autora.

Além disso, o crescente fechamento dos cursos de bacharelado em Secretariado aponta para questões pertinentes a atuação profissional, uma vez que existe uma demanda das organizações por profissionais com qualificação mais profunda, e para isso exige-se mais tempo de dedicação e estudo, a fim de desenvolver conhecimento plural e crítico (VIEIRA; DURANTE; BARROS, 2015).

No gráfico 2, também verifica-se o índice de fechamento dos cursos de bacharelado em Secretariado por região, indicando maior redução na Região Norte que decresceu 81% (9), seguida da região Centro-Oeste com redução em 77% (17), Região Nordeste em 76% (16), Região Sudeste diminuiu em 73% (33) e Região Sul reduziu em 57,5% (19).

Quanto aos cursos tecnológicos, a maior redução foi apresentada na Região Sudeste com percentual de 85% (34), seguida da Região Sul que regrediu 80% (16), Região Nordeste com 63,6% (7), Região Centro-Oeste com 57% (4) e Região Norte com 50% (1) de decréscimo (gráfico 3).

O quadro 4, apresenta os 51 cursos de Secretariado, na modalidade presencial, que estão em funcionamento no Brasil, por estado e instituição. Considerou-se cursos em andamento os que estão ofertando disciplinas regulamente no primeiro semestre de 2019.

Quadro 4 - Cursos presenciais de Secretariado em andamento no Brasil (2019)

UF	IES	Ano que iniciou o funcionamento	Grau	
			Bacharelado	Tecnológico
AP	UNIFAP	01/11/2017		X
BA	UFBA	06/03/1970	X	
CE	UFC	01/08/1995	X	
DF	IFB	22/02/2016		X
	UNIP	14/02/2012	X	
	UPIS	01/08/1990	X	
	CECAP	01/03/2000	X	
	FACE	22/01/2018		X
	PFD	09/02/2009		X
	UNIPROJEÇÃO	06/03/2017	X	
MA	FACAM-MA	01/05/2017		X
MG	UFV	01/03/1998	X	
MT	IFMT	03/02/2010	X	
PA	UEPA	20/09/2001	X	
PB	UFPB	24/10/2006	X	
PE	UFPE	01/03/1971	X	
PI	IFPI	01/08/2001		X
PR	UNIUV	19/02/2001	X	
	UNESPAR	01/03/2001	X	
	UEL	28/02/1994	X	
	UNICENTRO	01/03/2001	X	
	UFPR	02/03/2009		X
	UNIFAMMA	28/01/2001	X	
	IESSA	06/02/2006	X	
	UNINTER	07/08/2000	X	
	IFPR	20/09/2016*		X
	UEM	20/03/2000	X	
	UNIOESTE	23/02/1987	X	
RJ	UNESA	03/03/1997	X	
	UNIGRANRIO	01/08/1994	X	
RR	UFRR	01/03/1994	X	
RS	ULBRA	01/03/2004	X	
	UPF	06/03/1995	X	

(Continua)

(Continuação)

SC	FURB	05/03/1990	X	
	UFSC	15/09/2003	X	
	UNIASSELVI	01/06/2001		X
SE	UFS	26/03/2007	X	
SP	UNIP	13/08/1990	X	
	ISES	01/08/2000	X	
	ISES	01/08/2000	X	
	UNINOVE	05/02/2007		X
	UNINOVE	05/02/2007		X
	UNINOVE	05/02/2007		X
	FMU	02/02/2009	X	
	FMU	01/08/2008	X	
	UNÍITALO	01/08/1992	X	
	FATEC - ITAQUA	02/02/2009		X
	FATEC-SP	27/06/1992		X
	UNILINS	03/02/2003	X	
	USJT	20/02/1991	X	
FECAP	31/01/2000	X		

Fonte: Elaborado pela autora.

A relação dos cursos expostos no quadro 4 indica a média em anos que os cursos de formação acadêmica em Secretariado possuem, compreendendo uma média de 17,5 anos de existência, ou seja, são cursos novos que caracterizam uma formação jovem. Ainda identifica-se que dos 51 cursos de Secretariado que confirmaram estar em funcionamento, 72% (37) são bacharelados enquanto 27% (14) são tecnológicos, evidenciando que a formação bacharelada encontra-se mais consolidada em comparação a tecnológica.

### 5.3 Comparação do Secretariado com os cursos de Administração e Ciências Contábeis

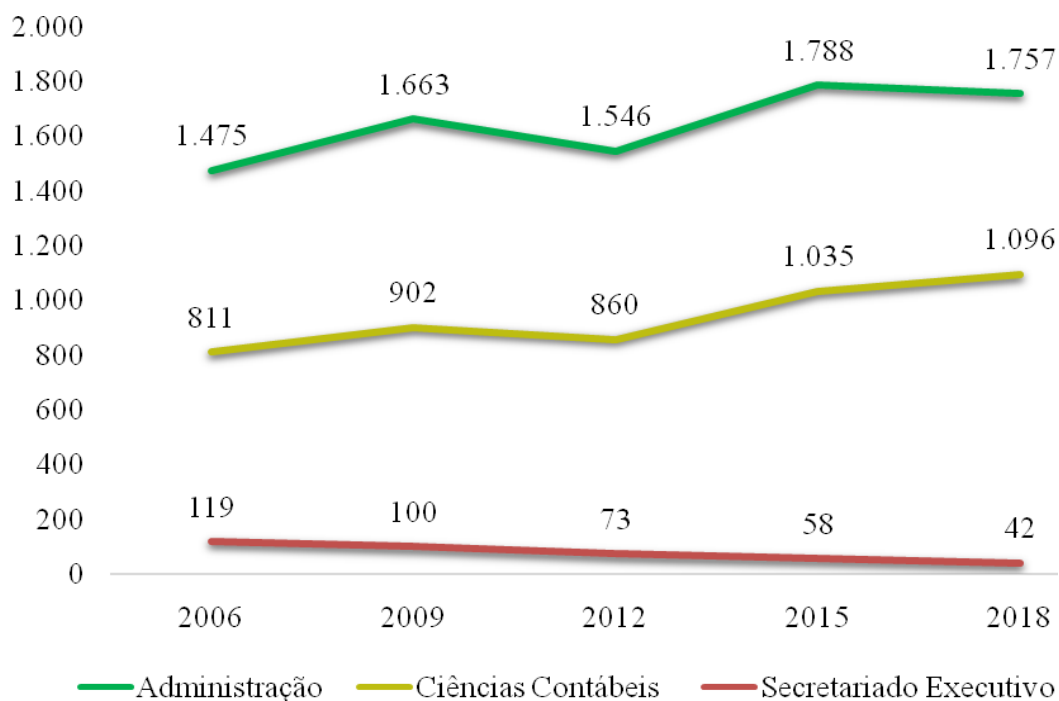
Dado o cenário de constante retração na quantidade de cursos de graduação em Secretariado, buscou-se comparar com o comportamento de outros cursos do campo da gestão: Administração e Ciências Contábeis, com base na participação no Enade.

O gráfico 3 apresenta a quantidade de cursos participantes das cinco edições do Enade. O comportamento do curso de Secretariado é preocupante, uma vez que a variável, número de cursos, tem constante decréscimo, ao passo que a participação de Administração e Ciências Contábeis oscila, têm edições que diminui e outras aumentam. Analisando os números de 2006 a 2018, a quantidade de cursos de Administração e Ciências Contábeis aumentou em 19% e 35%, respectivamente (INEP, 2019). Deste modo, a formação em



secretariado não acompanhou a evolução dos outros cursos do campo da gestão.

Gráfico 3 - Participação dos cursos de Secretariado Executivo, Ciências Contábeis e Administração no ENADE, por Edição



Fonte: Resultado da pesquisa a partir dos relatórios do ENADE (2006 – 2018).

Observa-se que 2012 foi a única edição do Enade em que a redução ocorreu nas três formações comparadas. O curso de Secretariado em 2012 teve declínio de 27%, em relação a edição anterior, tal regressão representou o maior decréscimo registrado de uma edição para outra ao longo dos cinco exames. Os cursos de Administração e Ciências Contábeis na edição de 2015 já registraram índices de aumento de 15,6% e 20,3 %, respectivamente. Tal cenário não se repetiu no âmbito da formação secretarial, que em 2015 registrou redução de mais 20% de participação, em relação a avaliação do ano de 2012 (gráfico 3).

Em observância a categoria administrativa dos cursos participantes das edições do ENADE, o quadro 5 demonstra que as IES privadas são predominantes na quantidade de cursos das três formações, situação que gerou a necessidade de facilitar o acesso e custeio desta categoria de ensino (FLORES, 2017). A participação dos cursos privados, no exame de 2015, na formação em Secretariado Executivo atingiu 70%, Administração teve índice de cursos privados de 86,4% e Ciências Contábeis com 85,7%.

Quadro 5 - Quantidade de cursos de Secretariado Executivo, Ciências Contábeis e Administração que participaram do ENADE por edição e por Categoria

Cursos	2006		2009		2012		2015	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Administração	126	1.312	221	1.442	196	1.350	242	1.546
	1.475		1.663		1.546		1.788	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Ciências Contábeis	128	683	129	773	127	733	147	888
	811		902		860		1.035	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Secretariado Executivo	19	100	22	78	21	52	17	41
	119		100		73		58	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada

Fonte: Resultado da pesquisa a partir dos relatórios Síntese do ENADE (2006 – 2015).

No quadro 5, também observa-se que a quantidade de cursos das IES públicas do curso de Administração teve aumento significativo, saindo de 126 cursos participantes na edição de 2006 para 242 em 2015, ou seja, quase dobrou, o que não ocorreu com o secretariado executivo.

A tabela 2 apresenta a distribuição dos cursos participantes do ENADE, por região brasileira.

Tabela 2 – Participação dos cursos de Administração, Secretariado Executivo e Ciências Contábeis nas edições do ENADE

ADMINISTRAÇÃO				
REGIÃO	2006	2009	2012	2015
Norte	78	101	87	97
Nordeste	238	293	261	311
Sudeste	667	742	692	833
Sul	330	346	335	363
Centro-Oeste	162	181	171	184
CIÊNCIAS CONTÁBEIS				
REGIÃO	2006	2009	2012	2015
Norte	55	67	63	71
Nordeste	148	168	160	189
Sudeste	329	357	337	438
Sul	181	197	196	224
Centro-Oeste	98	113	104	113
SECRETARIADO EXECUTIVO				
REGIÃO	2006	2009	2012	2015
Norte	9	9	5	4
Nordeste	17	15	14	8
Sudeste	42	34	23	22
Sul	37	27	20	17
Centro-Oeste	14	15	11	7

Fonte: Resultado da pesquisa a partir dos relatórios Síntese do ENADE (2006 – 2018).

Como verificado, a região Sudeste concentra a maioria dos cursos de ensino superior. Em 2015, o total de cursos de Administração presentes no ENADE a nível nacional foi representado em 46,5% por essa região, enquanto Contabilidade foi 42,3% e Secretariado Executivo com percentual de 38 %. Por outro lado, a região Norte centraliza os menores índices de participação no ENADE, a exemplo de 2015, marcou participação de 5,4% dos cursos de Administração que realizaram o exame, 6,8% dos cursos de Contabilidade, e 6,8% de Secretariado Executivo (tabela 2).

Portanto, verifica-se que a redução da formação em Secretariado no Brasil, está atrelada a fatores como: falta de estudos analíticos que demonstre a demanda profissional da região, estrutura financeira da IES em longo prazo, profissionais de outras áreas que exercem a profissão, escassez de docentes envolvidos com pesquisas científicas da área (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014; SILVA *et al.*, 2017).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos registros de desenvolvimento e expansão do Ensino Superior no Brasil, é necessário um acompanhamento efetivo de seu funcionamento, em busca de torna-lo mais acessível e democrático. Situação genérica ocorre no campo do Secretariado, pois é uma formação que registrou crescimento significativo, porém não está conseguindo manter os cursos que foram abertos. Neste contexto, que se investigou o panorama da formação acadêmica em Secretariado no Brasil.

O primeiro objetivo específico teve como propósito, verificar a quantidade de cursos de graduação em Secretariado criados no Brasil. Constatou-se que foi a partir dos anos 2000 que ocorreu o maior aumento na quantidade de cursos novos em especial na categoria privada. A partir de 2009 é que ocorre fechamento maior dos cursos, por isso levanta-se questionamento se os motivos dos fechamentos estão relacionados ao contexto econômico, social e político ou a questões mais específicas de estudo de viabilidade financeira na criação dos cursos.

O segundo objetivo específico buscou identificar a quantidade de cursos de Secretariado em funcionamento no Brasil. Nesta etapa da pesquisa, percebeu-se que o portal do Ministério da Educação não dispõe de informações atualizadas do total de instituições que estão ofertando cursos de Secretariado no Brasil. Como a atualização junto ao Ministério da Educação é de responsabilidade da IES, poderia se desenvolver estratégias de incentivo a manutenção de dados atualizados. Também, poderia ser revisto a limitação do portal e-MEC, que só apresenta três situações para os cursos em atividade, em extinção e extintos, não se tem a opção que classifique se o curso está ativo, porém não está conseguindo formar turmas. Ademais a presença destas três situações pode gerar a seguinte perspectiva, a IES não vai atualizar o registro no portal e-MEC para curso em extinção, pois pretende continuar ofertando o curso até que se forme o número mínimo de alunos para completar nova turma.

O objetivo seguinte procurou analisar características das instituições de ensino quanto a categoria administrativa e localização geográfica. Os dados obtidos mostraram que apesar da categoria privada ser líder durante muitos anos na quantidade de cursos de graduação em Secretariado verifica-se uma mudança de cenário, em que se mostra 21 cursos da categoria pública em funcionamento, enquanto os cursos privados somam 28. A diferença de seis cursos é pequena, tendendo a um equilíbrio. Por último, comparou-se a oferta dos cursos de Secretariado com a dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, verificou-se que à medida que a graduação em Secretariado apresenta constante redução, os cursos de

Administração e Ciências Contábeis apresentaram crescimento significativo. Estes resultados podem indicar as seguintes situações: maior procura por formação com área de atuação mais ampla, a demanda requerida ao profissional de Secretariado está exigindo conhecimentos de outras áreas, ou ainda a formação em Secretariado não está em sincronia com as qualificações exigidas pelas organizações, demandando novos estudos para melhor compreender esse fenômeno.

Conclui-se que a acelerada redução dos cursos de graduação em Secretariado, na modalidade presencial, está presente em todo o Brasil, em que atualmente se tem 17 Estados e o Distrito Federal que possuem cursos de secretariado que estão em funcionamento. Assim, têm-se nove Estados que não possuem esta formação profissional, indicando que se continuar nesse ritmo de retração, chegará a uma situação em que a demanda por profissional de Secretariado não será preenchida por profissionais com formação presencial em Secretariado. Embora, profissão e formação sejam distintas, é básico saber que ambas precisam estar em sintonia, em que o crescimento de uma vertente gera impactos na outra, para que assim se consiga ter o crescimento da área como um todo. Portanto, a diminuição da oferta da formação em Secretariado Executivo tem reflexos negativos no futuro da profissão e merece atenção das IES, sindicatos, associações e todos os profissionais.

Ainda, pode-se apontar que o decréscimo dos cursos presenciais possa ser um indício que a preferência atual está sendo por cursos EAD, os quais permitem maior flexibilidade para formação. Porém, não se sabe a respeito da aceitabilidade por parte das organizações, como não se tem avaliações que permitam analisar as qualificações adquiridas pelos egressos, fica sob responsabilidade do mercado avaliar se os concluintes têm a qualificação desejada.

Esta pesquisa apresentou como limitação a ausência de estudos que demonstrem o panorama atual dos cursos de ensino superior em Secretariado no Brasil. Também enfrentou-se dificuldades devido a falta de dados concisos, que quantifique o número real de cursos de Secretariado em funcionamento no Brasil. Devido a inconsistência dos dados de acesso público no Ministério da Educação, não foi possível contatar com quatro instituições de ensino que abriram curso de Secretariado Executivo. Estas informações são necessárias até como parâmetro de pesquisa para novos ingressos, a fim de saber a situação de regularidade dos cursos junto ao MEC.

De todo modo, pretende-se contribuir com reflexões futuras a respeito da temática e provocar discussões críticas, a fim de envolver sociedade e universidade para que juntos

abstraíam a problemática além da esfera da observação do total de cursos fechados, mas que busquem o delineamento do panorama do futuro da profissão de Secretariado Executivo.

Portanto, a partir do que foi exposto neste estudo, acredita-se que sirva de subsídio para provocar estudos futuros a respeito da temática. Os resultados apontaram tendência para a futura redução do número de cursos presenciais de graduação em Secretariado, situação que requer o desenvolvimento de novas pesquisas, a fim de acompanhar o cenário e identificar os motivos que tem gerado o fechamento dos cursos de secretariado. Também se sugere a realização de pesquisas voltadas a investigar o período de fechamento dos cursos, relacionando com o contexto social, político e econômico da época.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 23 de mar. de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.261 de 10 de janeiro de 1996. Altera a redação dos incisos I e II do art. 2º, o caput do art. 3º, o inciso VI do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. de 1996. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9261.htm)>. Acesso em: 05 de maio 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. de 1961. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm)>. Acesso em: 02 de maio 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.377 de 30 de setembro de 1985. Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 set. de 1985. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7377.htm)>. Acesso em: 02 de maio 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jul. de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm)>. Acesso em: 16 de abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 abr. de 2004. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm)>. Acesso em: 23 de mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jan. de 2005. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm)>. Acesso em: 23 de mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm)>. Acesso em: 16 de abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 fev, de 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2494.htm)>. Acesso em: 19 de maio 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez, de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 19 de maio 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24)>. Acesso em: 23 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 2 de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jan. de 2010. Disponível em: <<http://sistemas.ufersa.edu.br/concursos/view/publico/uploads/publicacoes/54/Portaria%20Normativa%202002,%2026%20de%20janeiro%20de%202010.pdf>>. Acesso em: 16 de abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: Junho, 2008. Disponível em: <[http://www.etec.ufsc.br/file.php/194/Referenciais\\_Nacionais/Catalogo\\_Nacional\\_de\\_Cursos\\_Tecnicos.pdf](http://www.etec.ufsc.br/file.php/194/Referenciais_Nacionais/Catalogo_Nacional_de_Cursos_Tecnicos.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES no 3, de 23 de junho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jun. 2005a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Proposta em discussão: políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf)>. Acesso em: 23 de mar. 2019.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 2012. p. 295-316.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 148 p.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dec. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 02 de maio 2019.



CIELO, I. D.; SCHMIDT, C. M.; WENNINGKAMP, K. R. Secretariado Executivo no Brasil: Quo Vadis? **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 5, n. 3, p 49-70, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/256>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 12. ed., Porto Alegre: Bookman, 2013.

DURHAM, Eunice; SCHWARTZMAN, Simon. **Avaliação do ensino superior**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992, 207 p.

DURHAM, Eunice R. Educação superior, pública e privada. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 192-232.

FENASSEC - Federação Nacional das Secretárias e Secretários. Disponível em: <<http://www.fenassec.com.br/site/>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

FLORES, Sharon Rigazzo. Democratização do Ensino Superior no Brasil, uma breve história: da colônia a república. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campina, SP, v.3, n.2, p. 401-416, 2017. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6324912>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

GIL. Antonio, Carlos. **Didática do Ensino Superior**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

\_\_\_\_\_. Antonio, Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 22, n° 2, p. 201-209, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Perguntas frequentes, ENADE. Brasília: Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/perguntas-frequentes4>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Manual do Provão: Provão 2003, Sistema de Avaliação da Educação Superior. Brasília; DF, 2002. Disponível em:< [encurtador.com.br/guwBQ](http://encurtador.com.br/guwBQ)>. Acesso em: 09 jun. 2019.

LOCKS, B. B.; MILBRATZ, T. C.; SIEWERT JUNIOR, V.; DOMINGUES, M. J. C. S. Cenário dos cursos a distância em Secretariado no Brasil. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 59-75, maio/ago. 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/583-2391-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/583-2391-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 05 de maio 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Institucional. Brasília: Mec, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>>. Acesso em: 02 de maio 2019.

MEC – Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 108p.

NONATO JÚNIOR, Raimundo. **Epistemologia e teoria do conhecimento em Secretariado Executivo: a fundação das ciências da assessoria**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

ROSSATO, R. **Século XXI: saberes em construção**. Passo Fundo: UPF, Editora Universitária, 2002.

ROSSI, G. B.; SERRALVO, F. A.; JOÃO, B. N. Análise de conteúdo. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 39-48, set. 2014. Disponível em: <<http://www.revistabrasileirmarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/2701/2194>>. Acesso em: 16 jun.2019.

SABINO, Rosimeri Ferraz. **A configuração da profissão de secretário em Sergipe: educação, atuação e organização da área (1975-2010)**. 2017. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SANTOS, M. E.; MORETTO, C. F. O mercado de trabalho do secretário executivo no contexto na dinâmica produtiva e do emprego recentes no Brasil. **Secretariado Executivo em Revist@**, Passo Fundo, n.7, p. 21 -35, 2011. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ser/article/view/2324/1478>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

SALDANHA, L. C.D.; O mercado de Trabalho e a formação do profissional de Secretariado Executivo. **Revista Expectativa**, Paraná, v. 4, n. 1, p. 09-19, 2005. Disponível em <<file:///C:/Users/user/Downloads/407-1370-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 de maio 2019.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Goiás, vol. 8, n. 2, ago./dez, p.4-17. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>>. Acesso em: 04 de maio 2019.

SILVA, J. S.; BARROS, C.M. P.; SANTOS, J. L. S. Educação Superior a Distância em Secretariado no Brasil: Realidades e Perspectivas da Oferta de Cursos. **Revista Expectativa**, Paraná, v. xv, n. 15, p. 04-07, 2016. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/issue/view/763/showToc>>. Acesso em: 11 de mar. 2019.

SILVA, R. P.; RAUBER, K; WESSLING, M. C.; WILLERS, E. M. Cenário dos cursos de graduação em secretariado executivo, nível bacharelado, da região sul do Brasil: estamos desaparecendo? In: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO EXECUTIVO, 5.,2017, São Paulo. **Anais...** p.280 - 294.

VIEIRA, Alesandra Pereira da Silva; DURANTE, Daniela Giareta; BARROS, Conceição de Maria Pinheiro. Formação em Secretariado Executivo: oferta de disciplina de Relações - Públicas nos cursos bacharelados do Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, MG, n. 1, dez. 2018. ISSN 2236-5176. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/RCH/article/view/3105>>. Acesso em: 30 mar. 2019.